

de todos a convicção de que ella é um flagello da saude dos povos, e hoje póde dizer-se quasi extincta aqui pois que no anno passado apenas um de meus freguezes semeou arroz, e este em pequena quantidade.

Ha a notar principalmente o que sed á com relação a um dos logares de que se compõe esta freguezia, que é a Povia Nova de Santa Christina, que foi outr'ora freguezia e cabeça de concelho, e que hoje está quasi reduzida a um montão de ruinas. O povo d'este logar, que tem hoje apenas trinta fogos, é o que tem soffrido mais, pois que estes desgraçados até a agua de que se serviam para seu uso iam colhel-a da que provinha da irrigação do arroz, mal que já está remediado, devido ao cuidado da camara municipal e á liberalidade de um digno cavalheiro, filho d'esta terra, pois que se fez ali uma fonte que fornece a povoação de agua potavel, melhorando por isso um pouco o estado sanitario d'aquelle logar. Para que possa avaliar-se bem o decrescimento d'esta pequena povoação, fiz em separado a estatistica d'ella, onde se mostra que o numero de obitos é muito superior ao dos nascimentos.

Tentugal, 19 de janeiro de 1883. — O prior, *Julio da Silva Carvalho*.

N.º 47

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. — Desejando dar a v. ex.^a informações exactas sobre a epocha em que n'esta freguezia principiou a cultura do arroz, cumpre-me dizer a v. ex.^a que não posso bem precisar essa epocha, e nem as informações a que procedi m'a poderam determinar; mas ha toda a probabilidade de que tal cultura principiou haverá trinta annos, pouco mais ou menos, mas foi essa sementeira feita em proporções muito inferiores áquellas em que tem sido feita nos annos de 1880, 1881 e 1882.

Cumpre-me mais declarar a v. ex.^a que esta cultura esteve interrompida por muitos annos, que então (uma pequena parte) e hoje o produzem, de milho, feijão, trigo e cevada, isto alternadamente, e dando em alguns annos optima producção; e se alguns annos foi inferior, foi isso talvez devido á influencia da atmospherá, que n'esses annos fôra menos creadora; mas o que se observou n'aquelles terrenos, observou-se em todos os mais.

A duração da sementeira seria, talvez, cinco ou seis annos, se tanto. Repetiu-se creio que em 1873 e 1874, e isto na quarta parte do terreno em que se tem semeado n'estes tres ultimos annos; mas não se interrompeu nos terrenos de outras freguezias, taes como Maiorca, Ferreira e Montemór, todas vizinhas d'esta, na sua area de terreno.

Desde que se introduziu n'estes sitios a cultura do arroz sempre houve nos habitantes d'esta freguezia mais ou menos febres intermittentes ou febres paludosas, porque não são só as sementeiras aqui feitas que produzem aquelles males; são tambem, a meu ver, as das freguezias vizinhas, acima referidas, que todas ficam ao norte, noroeste e nordeste d'esta minha freguezia, e nas quaes se faz a sementeira em grande escala.

Eu ouvi dizer muitas vezes a pessoas antigas, que esta freguezia fôra em outros tempos muito saudavel, o que nada me custa a crer, em vista da sua posição. Está situada n'uma grande eminencia, bem ventilada e cercada de arvores fructíferas, condições estas, que, segundo parece, a deveriam tornar saudavel; mas a experiencia, infelizmente, mostra o contrario, porque as molestias augmentam de anno para anno, podendo affirmar que, nos ultimos annos, duas terças partes dos habitantes estiveram com sezões e outras febres.

Se estas doenças se devem attribuir aos arrozaes, não o posso eu affirmar, e deixo esse ponto para ser decidido pelas pessoas competentes; mas sempre direi que, nas epochas em que aquellas sementeiras estão no seu maior desenvolvimento, devido á agua que ellas têm e ao calor da atmospherá, é que ellas apparecem com mais intensidade. É isto o que a experiencia de tantos annos me tem mostrado.

Pelo edital da ex.^{ma} commissão nomeada por portaria do ministerio das obras publicas, de 16 de setembro, vejo que um dos pontos em que os cultivadores de arroz devem basear as suas reclamações é nas transformações que os seus terrenos têm soffrido emquanto á sua producção. Respondendo a este ponto, direi que, se aquelles terrenos, têm diminuido na sua producção, o mesmo tem acontecido aos outros vizinhos, e seus donos vão soffrendo resignados até que Deus se compadeça de nós, e se fossemos a querer tirar maior producto das nossas terras, teriamos todo o campo reduzido a um pantano artificial, e maiores seriam os males d'aqui resultantes.

Tambem notei os termos em que foi feita a representação d'esta freguezia a favor dos arrozaes. N'ella se mencionam proprietarios, arrendatarios e trabalhadores, e quer v. ex.^a saber a a quantos d'aquelles individuos se reduz o numero que no corrente anno semearam arroz n'esta freguezia? A um só, que é proprietario e arrendatario! Direi mais, que muitos dos taes proprietarios, arrendatarios e trabalhadores, são filhos-familia e estudantes de instrucção primaria, que não têm propriedades nem trabalham! É isto o que me informam, porque eu não vi a representação!

Peço a v. ex.^a que accete estas minhas informações, não como acintosas a pessoa alguma, mas só como a expressão da verdade, e em attenção ao bem estar dos meus parochianos.

Com relação á influencia que a falta da cultura do arroz produziu este anno na saude publica, nada posso dizer a v. ex.^a, porque n'este concelho e no da Figueira, semearam-se e colheram-se os arrozaes, sem n'elles haver destruição.

Se porventura as informações que conscienciosamente remetto a v. ex.^a forem insufficientes, e carecer de mais algumas, peço com todo o respeito a v. ex.^a que se digne ordenar-me o que lhe aprouver.

Remetto inclusas a v. ex.^a as estatisticas dos annos em que tenho em meu poder os livros do registo parochial.

Deus guarde a preciosa vida de v. ex.^a por muitos e dilatados annos. Verride, 27 de maio de 1882. — Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde. = O parcho, *José Simões Cantante*.

Freguezia de Verride									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1858.....	50	35	15	—	1871.....	57	57	0	0
1859.....	53	38	15	—	1872.....	74	45	29	—
1860.....	69	23	46	—	1873.....	69	35	34	—
1861.....	66	40	26	—	1874.....	61	33	28	—
1862.....	71	66	5	—	1875.....	80	30	50	—
1863.....	46	84	—	38	1876.....	52	67	—	15
1864.....	58	67	—	9	1877.....	83	40	43	—
1865.....	60	56	4	—	1878.....	66	63	3	—
1866.....	64	36	28	—	1879.....	74	65	9	—
1867.....	71	36	35	—	1880.....	70	66	4	—
1868.....	51	49	2	—	1881.....	78	68	10	—
1869.....	57	54	3	—	1882.....	65	49	16	—
1870.....	66	51	15	—	—	—	—	—	—

N.º 48

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. — Remetto a v. ex.^a a estatistica dos nascimentos e obitos havidos n'esta freguezia de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Nova da Barca, nos primeiros cinco annos anteriores á sementeira do arroz n'esta parochia, o qual começaram a ser aqui semeado em o anno de 1877, e a dos nascimentos e obitos havidos n'esta mesma parochia desde o anno de 1877 até 1882 inclusive. Por ella verá v. ex.^a que, nos annos anteriores ás sementeiras de arroz, os nascimentos foram 9 a maior que os obitos, e que no decurso do tempo que vae do anno de 1877 a 1882, os obitos excedem os nascimentos em numero de 45!

Não faço commentarios, porque os algarismos fallam bem alto; todavia, não posso deixar de patentear a mágua que me acompanha ao ver diminuir tão sensivelmente o pequeno rebanho que v. ex.^a se dignou confiar-me.

Nasci n'esta freguezia, fui aqui creado, e não me lembra de n'ella haver tantos obitos como no anno findo de 1882, e tudo isto devido ás grandes sementeiras de arroz, pois não me lembro de n'esta freguezia se semear tanto arroz como n'este anno de 1882, e tambem não me lembro de n'ella haver tanta sezão.

Foi esta parochia muito saudavel; porém, depois que n'ella semeiam arroz em grande quantidade e em terrenos que soffrem outra cultura, tornou-se uma segunda Africa, onde as febres victimam grande numero de pessoas com sezões perniciosas, o que n'este anno de 1882 com bastante mágua tenho presenciado.

Deus guarde a v. ex.^a Residencia parochial de Villa Nova da Barca, 5 de janeiro de 1883.—
Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde.—De v. ex.^a humilde subdito.—O parochio encommendado,
Joaquim Gonçalves da Costa.

Freguezia de Villa Nova da Barca

Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1872.....	11	10	1	—	1878.....	9	13	—	4
1873.....	17	13	4	—	1879.....	4	18	—	14
1874.....	11	5	6	—	1880.....	9	12	—	3
1875.....	11	15	—	4	1881.....	9	11	—	2
1876.....	12	10	2	—	1882.....	13	25	—	12
1877.....	8	18	—	10	—	—	—	—	—

Em 1877 começou a cultura do arroz. (Declaração do rev.^{do} parochio.)

N.º 49

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Tenho a subida honra de enviar a v. ex.^a rev.^{ma} a estatistica dos nascimentos e obitos d'esta freguezia desde o anno de 1850 a 1882 inclusivè, tendo a notar a v. ex.^a rev.^{ma} que não envio os assentos de obitos do anno de 1859, porque não foram lançados no livro competente, nem em outro livro, devido talvez a incuria do rev.^{do} parochio d'aquelle tempo, pois que o livro existe, mas sem assento algum de obito, e o mesmo acontece no livro de casamentos do mesmo anno.

Emquanto á influencia que produziu no estado sanitario d'esta freguezia a cultura do arroz, tenho a dizer que aqui não se cultiva arroz, nem cultivou em tempo algum, a não ser nos termos de Villa Nova de Anços e Figueiró do Campo, no logar chamado a Ribeira da Mata, a 2 kilometros de distancia do logar do Casal do Redinho, d'esta freguezia de Alfarellos, onde tem produzido funestas consequencias na saude dos habitantes d'aquelle logar, por alguns d'estes se occuparem n'esta cultura ha bastantes annos, e em grande escala relativamente ás suas posses no dito logar da Ribeira da Mata; mas este anno, como nenhum d'aquelles meus freguezes semeou arroz, o estado sanitario d'aquelle logar melhorou consideravelmente, e posso afiançar a v. ex.^a rev.^{ma} que este anno tenho conhecido o quanto influa n'aquelle logar tal cultura, pois os dois annos anteriores não se encontrava uma pessoa ali que não tivesse sezões e muitas succumbiam a um padecimento que a pouco e pouco lhes minava as existencias. Louvores, pois, sejam dados a quem teve a iniciativa de tão humanitaria medida, como a de influir para que se acabasse com tal cultura, e praza aos céus que não fique isto só em meros proje-

ctos, como acontece quasi sempre no nosso tão malfadado Portugal, quando se trata dos interesses dos povos.

O estado sanitario d'este logar é bom, devido talvez á boa posição topographica em que está collocado, como v. ex.^a rev.^{ma} viu por occasião da sua visita a esta terra de Alfarellos.

É o que sei dizer a v. ex.^a rev.^{ma}, e, se isto não for bastante, a alta e paternal bondade de v. ex.^a rev.^{ma} supprirá as faltas de quem não sabe mais.

Deus Nosso Senhor guarde a preciosa vida de v. ex.^a rev.^{ma} e lhe conserve a vida por dilatados annos, como v. ex.^a rev.^{ma} e os seus filhos hão mister.

Beija a sagrada mão de v. ex.^a rev.^{ma} o mais humilde dos seus filhos e indigno cooperador.

Alfarellos, 9 de janeiro de 1882.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. bispo conde de Coimbra.—*Padre Antonio José dos Santos e Campos.*

Freguezia de Alfarellos									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1850.....	39	30	9	—	1867.....	36	31	5	—
1851.....	30	51	—	21	1868.....	44	27	14	—
1852.....	39	34	5	—	1869.....	41	35	9	—
1853.....	39	27	12	—	1870.....	36	33	3	—
1854.....	41	29	12	—	1871.....	45	54	—	9
1855.....	46	48	—	2	1872.....	39	32	7	—
1856.....	38	51	—	13	1873.....	43	37	6	—
1857.....	49	37	12	—	1874.....	40	23	17	—
1858.....	27	33	—	6	1875.....	56	32	24	—
1859.....	29	?	?	—	1876.....	37	26	11	—
1860.....	50	21	29	—	1877.....	40	35	5	—
1861.....	34	37	—	3	1878.....	56	41	15	—
1862.....	49	41	8	—	1879.....	43	39	4	—
1863.....	39	64	—	25	1880.....	54	25	29	—
1864.....	50	51	—	1	1881.....	38	32	6	—
1865.....	56	42	14	—	1882.....	42	28	14	—
1866.....	47	23	24	—	—	—	—	—	—

N.º 50

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Envio a v. ex.^a a estatística dos nascimentos e obitos occorridos n'esta freguezia desde o anno de 1869 até 1882 inclusivè.

Como só comecei a parochiar esta freguezia em 1873, procurei informar-me do anno em que principiou a cultura do arroz; fui informado de que antes d'esta epocha já se tinha semeado um anno, em que parochiava o rev.^{do} José Nunes Forte de Campos, mas não me souberam dizer qual fosse esse anno. Este sacerdote parochiou esta freguezia desde 1857 a 1864.

Tomei, pois, por base o anno de 1874, que foi aquelle em que se semeou arroz em todos os terrenos que o podiam produzir. Depois d'este anno tem havido uma ou outra sementeira em ponto pequeno, mas não em todos os annos; mas ainda assim as sezões são a unica doença que reina com mais insistencia n'esta freguezia, ainda mesmo n'aquelles annos em que se não semeia arroz. Por isso não posso afirmar ou negar que a cultura do arroz seja ou não causa d'esta doença. O que me parece que é a principal causa das sezões n'esta freguezia é a immun-

dicie de que vivem rodeados os habitantes e o nenhum asseio e limpeza nas ruas e casas de habitação, assim como o alimento e vestuario mau e insufficiente. Ha falta de escoamento das val-las, ao nascente d'esta freguezia, as quaes retêem por todo o verão aguas estagnadas que o tempo vae absorvendo, vendo-se em julho e agosto peixes á superficie da lama, em putrefacção, restos dos que muita gente apanha, sem resistencia já, para se alimentar. A valla Nova, no campo de Villa Nova de Anços, proxima a esta freguezia, cujas motas servem de estrada publica, por causa de uns marachões que os proprietarios confinantes fazem para regar e que não des-troem, lança, no fim do verão, um cheiro insupportavel!

São estas, ex.^{mo} sr., as causas a que eu attribuo, mais ainda do que ao arroz, a imperti-nente doença das sezões que no estio nos assalta. É isto o que, com o devido respeito, levo ao conhecimento de v. ex.^a

Deus guarde a v. ex.^a por muitos annos, como havemos de mister. Brunhós, 23 de dezem-bro de 1882.—O parcho, *Antonio Teixeira*.

Freguezia de Brunhós

Annos	Nascimen-tos	Obitos	Nascimen-tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen-tos	Obitos	Nascimen-tos a mais	Obitos a mais
1869.....	4	11	—	7	1876.....	6	2	4	—
1870.....	9	8	1	—	1877.....	5	7	—	2
1871.....	6	7	—	1	1878.....	3	6	—	3
1872.....	6	8	—	2	1879.....	5	7	—	2
1873.....	5	12	—	7	1880.....	7	1	6	—
1874.....	5	7	—	2	1881.....	7	1	6	—
1875.....	4	2	2	—	1882.....	5	4	1	—

N.º 51

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Incluso remetto o mappa estatistico a v. ex.^a rev.^{ma}, que fielmente co-piei dos livros parochiaes, relativos aos annos de 1878 a 1882 inclusivè.

Deus guarde a v. ex.^a rev.^{ma} muitos annos. Figueiró do Campo, 6 de janeiro de 1883.—Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde de Coimbra.—O parcho encommendado, *José Maria Ferreira Fresco*.

Freguezia de Figueiró do Campo

Annos	Nascimen-tos	Obitos	Nascimen-tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen-tos	Obitos	Nascimen-tos a mais	Obitos a mais
1878.....	27	24	3	—	1881.....	38	30	8	—
1879.....	31	42	—	11	1882.....	25	34	—	9
1880.....	31	36	—	5	—	—	—	—	—

N.º 52

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Para satisfazer ao assumpto da portaria de v. ex.^a, em data de 14 do corrente, incluo n'este meu officio a estatistica dos nascimentos e obitos, extrahida escrupulosamente dos livros do registo parochial d'esta freguezia, tomando como ponto de partida o anno de 1881, em que a sementeira oryzicola aqui teve maior incremento, não excedendo, comtudo, o terreno semeado ao norte e occidente da mesma, em diferentes partes, a extensão de 402 ha-res e 4 centiares, ou 4:240 metros quadrados, segundo calculo approximado de medidor competente, digo, 4 hectares e 240 metros quadrados de terreno que foi semeado.

Devo, comtudo, informar a v. ex.^a que, embora grande resentimento se notasse na salubridade dos povos d'esta parochia nos annos de 1880 e 1881, devido, me convenço, mais ás sementeiras oryzicolas, em larga escala, das freguezias vizinhas pelo norte, em pantanos artificiaes, do que ás d'esta minha freguezia, pelas condições em que se acham os terrenos dos differentes agricultores, os quaes são muito frios e humidos durante o tempo da oryzicultura, notando-se, e muito, uma sementeira que então se fez proxima d'este logar, 20 metros a distancia de alguns habitantes, cuja influencia muito se fez sentir. Comtudo, não têm deixado de grassar com intensidade n'este anno, quasi a findar, as intermittentes de mau character, segundo a respectiva medicina, e que talvez em maior ponto ainda do que nos annos anteriores mais pessoas tenham atacado, visto que ha casas onde nem uma unica pessoa escapou a tal flagello, que parece querer generalisar-se e não poupar nem grande, nem pequeno, tornando-se mais sensivel no outono, embora fossem prohibidas as ditas sementeiras, cuja prohibição se manteve n'esta freguezia pelo respeito devido á lei, ainda que executada com excesso por quem devia de ser moderado e prudente como auctoridade, e nunca invocar, como desculpa aos povos d'esta parochia, que em tempo muito se azedaram, nem o nome venerando de v. ex.^a, nem de ecclesiastico algum, a quem se soccorria, aconselhando que lhe valessem, como se não fosse a lei que prohibia (bastava dizer a verdade para os povos se accommodarem); mas eram padres que faziam tudo isto, o que não foi serio nem racional. De tudo fui informado por parochianos meus que merecem conceito de não alterar a verdade dos factos, em occasião que chegava força armada para proceder á demolição das referidas sementeiras.

Todavia peço a v. ex.^a licença para insistir n'uma idéa que já mui succintamente expuz a v. ex.^a n'um officio, haverá dois annos, a qual muito desejava realisada. Temos no campo de Villa Nova de Anços, que é separado, segundo consta, por uma ponte ao fundo d'este logar, vallas Real, Nova e Mourez todas entulhadas, ha annos, e que correm parallelas ao rio de Soure, a começar no Mocate, cujas mottas e leito se acham reparadas ha pouco pela ex.^{ma} direcção das obras publicas até á ponte de ferro no dito Mocate, já perto de Soure, e convenço-me de que, ou por medida legislativa, ou por cedencia de direitos ás vallas pela ill.^{ma} camara municipal áquella ex.^{ma} direcção, que é activa e tanto tem melhorado as mottas do rio, se melhorava de modo consideravel, não só todo o campo, mas até a saude publica, visto que aquella havia de esgotar todos os pantanos ali existentes, a que eu attribuo maior mal na saude publica por aqui, e peor ainda o mais soberbo pantano, o Cadaval, no fundo do dito campo, ao norte, que por fins de maio e grande parte de junho nos visita sempre com miasmas derivados da putrefacção das aguas, peixes e outras materias putrefactas, causas estas que a sobredita direcção faria desaparecer em breve, por ser activa nas suas obras, e todo aquelle solo aonde affluem aquellas vallas, tão productivo por ser o melhor de todo o campo, fomentaria riqueza aos proprietarios, em milho e feijão, cujas searas abundantes em annos seccos d'ali se colhem com pequena despeza nos amanhos, e de prompto se tirariam optimos resultados, visto que o perimetro das obras publicas do Mondego e rios confluentes vem muito acima dos territorios inundados, onde tal pantano se acha.

Em nome, pois, da salubridade publica, e para um tão grande bem da humanidade, eu, com todo o respeito, imploro a valiosa protecção de v. ex.^a perante os poderes competentes, a fim de taes pantanos serem extinctos.

Deus guarde a v. ex.^a Gesteira, 19 de dezembro de 1872.— Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde de Coimbra. = O parcho, *Joaquim Augusto Fernandes Simões*.

Freguezia da Gesteira									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1876.....	26	12	14	—	1880.....	26	23	3	—
1877.....	30	23	7	—	1881.....	29	29	0	0
1878.....	33	21	12	—	1882.....	23	27	—	4
1879.....	29	30	—	1	—	—	—	—	—

N.º 53

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Em cumprimento da circular de v. ex.^a de 14 de dezembro proximo passado, passo ás mãos de v. ex.^a o incluso mappa na mesma pedido, e com relação ao que na mesma expõe a commissão dos arrozaes, tenho a dizer e a informar com toda a verdade que no ultimo anno de 1882, porque houve completa abstenção da sementeira do arroz n'esta freguezia, mui poucas doenças houve, principalmente sezões, e as que houve eram benignas e facilmente cediam ao tratamento.

A cifra dos obitos em 1882 representa menos 3, 2 dos quaes foram fallecer no hospital de Coimbra, e 1 na freguezia de Tamengos.

Bom seria, a meu ver, que se deixasse de cultivar tal sementeira por mais alguns annos, para se poder formar um termo de comparação, pois só por um anno pouco se pôde ajuizar, sendo todavia certo que n'este ultimo anno já dá um resultado favoravel.

Ex.^{mo} sr. Não levantarei mão d'este papel sem dar a v. ex.^a os devidos agradecimentos pelas energicas e acertadas medidas e providencias que deu para que eu fosse integralmente embolsado da minha congrua parochial do anno de 1881 a 1882, sendo-me paga no dia 18 do mez passado.

Porém, continuam as minhas queixas, visto que o administrador do concelho não faz chamar a contas os diferentes cobradores da congrua, e assim estar-se-me a dever, de congruas de quatro annos, uma verba superior a 100\$000 réis.

Deus guarde a v. ex.^a por muitos annos. Granja do Ulmeiro, 17 de janeiro de 1883.— Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde da diocese de Coimbra. = O parcho, *José Cardoso Ribeiro*.

Freguezia da Granja do Ulmeiro									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1878.....	19	27	—	8	1881.....	18	21	—	3
1879.....	22	18	4	—	1882.....	18	16	2	—
1880.....	19	19	0	0	—	—	—	—	—

N.º 54

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Para cumprimento da circular de v. ex.^a rev.^{ma} datada de 14 do corrente mez e anno, remetto a v. ex.^a rev.^{ma} a inclusa estatística, n'ella pedida; não sei se satisfarei, se levará algumas faltas, das quaes peço desculpa a v. ex.^a rev.^{ma}, e estou prompto a satisfazer a ellas, logo que v. ex.^a rev.^{ma} me advirta d'ellas.

Não posso precisar bem o tempo em que teve principio n'esta freguezia a sementeira do arroz, porque as informações são differentes; uns dizem que foi no anno de 1850, outros que foi antes, porém depois de 1850 ninguém diz que foi, e eu só tenho em meu poder os livros dos nascimentos desde fevereiro de 1845 até ao presente anno, e por isso fiz a estatística começando no principio dos livros que possuo.

Esta freguezia, como já disse a v. ex.^a rev.^{ma}, só semeia arroz em tres povoações, e pequenas, e este anno semearam muito pouco, e isto devido, talvez, em parte aos meus conselhos e pedidos e das pessoas que me ajudaram, e esse pouco lhe foi destruido pela auctoridade administrativa, e por isso já este anno n'esta freguezia houve apenas a quarta parte das sezões dos annos antecedentes, e n'aquellas tres povoações os obitos não têm sido uma terça parte dos outros annos, e os muitos ainda assim que tem havido são motivados pela grande quantidade que no concelho da Figueira da Foz se semeia, o qual lhe fica fronteiro; portanto e innegavel que a cultura do arroz é prejudicialissima á salubridade publica.

Deus guarde a v. ex.^a rev.^{ma} Samuel, 24 de dezembro de 1882.—Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr, bispo conde. = O parcho, *José Gonçalves Nunes Duarte*.

Freguezia de Samuel									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1845.....	25	31	—	6	1864.....	56	71	—	15
1846.....	58	50	8	—	1865.....	54	59	—	5
1847.....	56	51	5	—	1866.....	46	28	18	—
1848.....	53	50	3	—	1867.....	67	43	24	—
1849.....	53	43	10	—	1868.....	65	45	20	—
1850.....	42	74	—	32	1869.....	52	49	3	—
1851.....	33	47	—	14	1870.....	46	54	—	8
1852.....	49	38	11	—	1871.....	52	35	17	—
1853.....	61	48	13	—	1872.....	49	47	2	—
1854.....	49	30	19	—	1873.....	49	56	—	7
1855.....	64	41	23	—	1874.....	60	45	15	—
1856.....	58	115	—	57	1875.....	51	32	19	—
1857.....	41	46	—	5	1876.....	52	36	16	—
1858.....	58	70	—	12	1877.....	47	41	6	—
1859.....	77	33	44	—	1878.....	53	34	19	—
1860.....	65	30	35	—	1879.....	48	52	—	4
1861.....	54	34	20	—	1880.....	63	48	15	—
1862.....	71	55	16	—	1881.....	44	49	—	5
1863.....	46	68	—	22	1882.....	52	56	—	4

N.º 55

Ill.^{mo} e rev.^{mo} sr.— Não podendo precisar bem a epocha em que n'esta freguezia começou a semear-se o arroz, por ser antiga e não ter modo de verifical-a, formei o mappa que tenho a honra de apresentar a v. ex.^a, remontando-me aos annos em que os livros dos assentos dos baptismos e obitos começaram a ser archivados n'esta parochia até ao fim do corrente.

Deus guarde a v. ex.^a Soure, 31 de dezembro de 1882.— Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. bispo conde. =
O prior, *José Sebastião Martins Pereira*.

Freguezia de Soure									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1854.....	151	106	45	—	1869.....	139	123	16	—
1855.....	129	151	—	22	1870.....	164	146	18	—
1856.....	172	216	—	44	1871.....	145	112	33	—
1857.....	146	167	—	21	1872.....	164	148	16	—
1858.....	147	119	28	—	1873.....	200	119	81	—
1859.....	176	87	89	—	1874.....	183	165	18	—
1860.....	135	87	48	—	1875.....	193	94	99	—
1861.....	174	120	54	—	1876.....	191	86	105	—
1862.....	177	125	52	—	1877.....	199	90	109	—
1863.....	162	147	15	—	1878.....	178	158	20	—
1864.....	196	123	73	—	1879.....	191	159	32	—
1865.....	149	110	39	—	1880.....	176	142	34	—
1866.....	174	105	69	—	1881.....	190	137	53	—
1867.....	200	113	87	—	1882.....	161	139	22	—
1868.....	168	127	41	—	—	—	—	—	—

Houve o cholera em 1856.

N.º 56

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.— Para satisfazer ao que por v. ex.^a me é determinado na portaria de 14 do corrente, tenho a honra de remetter a v. ex.^a a inclusa relação numerica dos nascimentos e obitos acontecidos n'esta freguezia em cada um dos ultimos trinta e tres annos, incluindo o anno corrente; e em obediencia á mesma portaria, cumpre-me declarar que o numero de pessoas minhas parochianas que n'este anno soffreram de sezões foi menor em relação aos annos proxima-mente anteriores; foi maior, é verdade, o numero dos obitos, comparativamente com o dos mes-mos annos, mas n'este numero comprehendem-se alguns individuos já de idade propecta, nos quaes não influiram, segundo me parece, as funestas consequencias dos arrozaes, cuja semen-teira n'esta freguezia começou muito antes do primeiro dos annos indicados na relação que re-metto; porém, talvez por ser então em pequena escala, eram ainda pouco sensiveis os seus perniciosos effeitos.

É incontestavel e por todos reconhecida a nocividade d'estes pantanos artificiaes, bem como a dos naturaes, e alguns d'estes estão muito proximos d'esta povoação. No campo ha tres vallas

quasi parallelas ao rio e estas nem sempre estão convenientemente abertas, limpas e desobstruidas, por isso que na estação calmosa os proprietarios confinantes fazem n'ellas marachões em diferentes pontos, por causa das regas, e depois não os desfazem ou os desfazem muito imperfeitamente. A respectiva direcção, que tanto se distingue pelo seu zêlo muito louvavel em prò dos melhoramentos d'este campo, não deixará de ter na devida consideração o estado deplo-ravel das ditas vallas, de cuja limpeza depende essencialmente, não só a extincção d'estes focos de infecção, mas tambem o mais facil escoamento das aguas na parte do campo que se inunda, alem do beneficio que resulta para a salubridade publica e para a agricultura.

Dens guarde a v. ex.^a Villa Nova de Anços, 30 de dezembro de 1882.—Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. bispo conde da diocese de Coimbra.—O prior, *José Filippe Pereira*.

Freguezia de Villa Nova de Anços									
Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1850.....	18	40	—	22	1867.....	28	17	11	—
1851.....	17	26	—	9	1868.....	29	28	1	—
1852.....	20	16	4	—	1869.....	30	36	—	6
1853.....	18	22	—	4	1870.....	37	20	17	—
1854.....	18	24	—	6	1871.....	38	25	13	—
1855.....	20	19	1	—	1872.....	31	17	14	—
1856.....	25	31	—	6	1873.....	43	27	16	—
1857.....	17	20	—	3	1874.....	42	14	28	—
1858.....	27	30	—	3	1875.....	30	18	12	—
1859.....	14	24	—	10	1876.....	30	29	1	—
1860.....	18	19	—	1	1877.....	39	21	18	—
1861.....	23	21	2	—	1878.....	32	32	0	0
1862.....	31	22	9	—	1879.....	30	28	2	—
1863.....	22	27	—	5	1880.....	30	28	2	—
1864.....	39	18	21	—	1881.....	38	24	14	—
1865.....	25	21	4	—	1882.....	23	35	—	12
1866.....	41	14	27	—	—	—	—	—	—

No anno de 1850 foi maior o numero de obitos em relação aos outros annos, porque n'este anno grassou n'esta freguezia a epidemia das bexigas, de que morreram alguns individuos de menor idade. (Declaração do parocho.)

N.º 57

Ex.^{mo} e rev.^{mo} sr.—Em cumprimento da circular de v. ex.^a com data de 14 do corrente mez, tenho a honra de enviar a nota dos nascimentos e obitos havidos n'esta freguezia desde o anno de 1863 a 1882 inclusivè.

Alem do que tenho oficialmente dito a v. ex.^a ácerca da sementeira dos arrozaes, e que confirmo, nada mais tenho a acrescentar, a não ser que este anno diminuiram aqui mui consideravelmente as febres intermitentes, sem embargo de se terem conservado os grandes arrozaes na freguezia do Paião, concelho da Figueira, que defrontam com a parte mais populosa d'esta da Vinha da Rainha de sul a poente, e que a divide apenas pela valla do Pranto.

Quasi metade (dezesete) dos obitos este anno havidos n'esta freguezia, foram de menores,

e dos outros nenhum foi produzido por febres intermitentes ou paludosas, sendo a sua causa outras doenças, taes como pneumonias, scirros, morphea, dyspepsia, angina granulosa, parotidas, etc.

Deus guarde a v. ex.^a como havemos mister. Vinha da Rainha, 31 de dezembro de 1882.==
O prior, *Antonio Maria Ribeiro e Gouveia*.

Freguezia da Vinha da Rainha

Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais	Annos	Nascimen- tos	Obitos	Nascimen- tos a mais	Obitos a mais
1863.....	39	32	7	-	1873.....	52	37	15	-
1864.....	41	51	-	10	1874.....	37	27	10	-
1865.....	44	38	6	-	1875.....	50	20	30	-
1866.....	52	40	12	-	1876.....	54	40	14	-
1867.....	50	42	8	-	1877.....	42	39	3	-
1868.....	57	34	23	-	1878.....	35	40	-	5
1869.....	51	35	16	-	1879.....	33	49	-	16
1870.....	47	67	-	20	1880.....	45	54	-	9
1871.....	52	40	12	-	1881.....	42	38	4	-
1872.....	51	53	-	2	1882.....	39	39	0	0

V

OS REGULAMENTOS E A CULTURA DO ARROZ

A repressão da cultura do arroz, por meio da execução de regulamentos apropriados, em que se preceitua e descreve as condições dos terrenos onde a sementeira do arroz, póde ter exclusivamente logar, se indicam as distancias minimas a que das povoações podem demorar os arrozaes, se sujeita a determinadas condições o regimen das aguas, se impõe especiaes cuidados á construcção das habitações dos cultivadores e finalmente se estabelecem definidos preceitos a que o orisycultor terá de obrigar as successivas operações da sua cultura e nomeadamente aquellas que, da maneira por que sejam praticadas, mais influencia podem ter na saude dos povos, é certamente um dos expedientes de que alguns paizes, onde a sementeira do arroz se effectua em maior escala, tem lançado mão, occupando talvez entre elles o primeiro logar, a Italia.

As prescripções regulamentares que estatuem as condições dos terrenos onde a cultura do arroz póde ter logar, variam porém consideravelmente para as diversas provincias em que aquelle reino se divide.

Em Parma, Florença, Bolonha, Ravena, Lucca e Modena, é a orysicultura exclusivamente permittida nos terrenos improprios a qualquer outro aproveitamento cultural.

Em Pavia e em Brescia, podem cultivar-se de arroz todos os terrenos paludosos.

Em Milão, concede-se que os terrenos classificados de paludosos pelo conselho provincial sanitario, sejam entregues á orysicultura ainda que situados dentro dos limites do perimetro onde a sementeira do arroz é prohibida pelos regulamentos.

Na Cremona dão-se aos orysicultores licenças decenaes.

Na Modena, a orysicultura ha de alternar-se, em todos os terrenos que o permitam com culturas que não exijam permanencia de aguas e n'este caso estão todos aquelles que pela sua posição e condições de nivel se não encontrem sujeitos a frequentes alagamentos por difficuldades ou faltas de escoante.

As distancias a que a cultura do arroz é permittida, variam tambem consideravelmente de provincia para provincia, e ainda para distinctas localidades da mesma, em harmonia com a densidade da população e importancia das povoações existentes.

Em Turim, por exemplo, á medida que em determinada região, se permite a cul-

tura do arroz a 5:000 metros, sómente de qualquer grupo de habitações é aquella distancia reduzida no restante da provincia de 600 a 3:000 metros, conforme nas povoações mais proximas dos arrozaes, é de 100 ou mais o numero de habitantes.

Na Alexandria, com excepção de limitado numero de communas, não póde a orysicultura effectuar-se a menos de 8:000 metros da cidade de Alexandria, a 1:000 metros de outras cidades de menor importancia, e a 300 dos pequenos grupos de habitações.

Em parte d'esta provincia, como na communa de Lazarone, por exemplo, onde o arroz se cultiva um pouco mais livremente, ahi mesmo, é desde logo ordenada pelo prefeito, ouvido o conselho sanitario e a deputação provincial, a suppressão de todo o arrozal que novamente introduzido se reconheça ter desfavoravelmente influido sobre a saude dos povos.

Na Novara, não tem logar a cultura do arroz, senão a 5:000 metros alem de Borgomasino, Verrona; Cavaglia, Castellengo, Cassina, Gatisca e a 4:500 metros de Alice Castello; e só fóra d'estes extensos perimetros, as distancias se reduzem a 2:400 metros para as povoações de 12:000 habitantes.

Em Pavia, medeiam de 3:000 para uma povoação de 12:000 almas, a 50 metros para as habitações isoladas, regra de que só se exceptuam os terrenos essencialmente paludosos.

Em Milão vão estes limites de 2:000, a 30 metros, não sendo a orysicultura permittida a menos de 5:000 metros da cidade.

Na Cremona, oscillam entre 2:000 a 80 metros desde as povoações de 10:000 habitantes até á habitação isolada.

Em Bergamo de 5:000 metros para a primeira povoação da provincia até 1:500 para a de 1:000 habitantes.

Em Brescia 300 metros para os casaes de 100 habitantes até 4:000 para as povoações de 7:000 almas.

Em Mantua, Rovigo, Verrona, Veneza, Udine, Treviso e Padua, não se concedem licenças e as distancias determinadas são de 8:000 para as capitaes, 5:000 para as praças fortes e communas de 1.^a classe, 2:000 metros para as de 2.^a e pelo menos de 500 para as de terceira.

Em Placencia variam de 800 para as povoações de 3:000 habitantes a 3:600 metros para as de 8:000.

Em Parma, onde a orysicultura é só permittida nos terrenos improprios para outra cultura, as distancias sobem desde 200 metros para as habitações isoladas, até 5:000 metros.

Em Regio de Emilia, não póde ter a orysicultura logar a menos de 6:000 metros das povoações de 10:000 habitantes decrescendo aquella distancia até 200 metros para os de 150 almas,

Em Modena, desde 200 metros, a distancia minima a que podem demorar os arrozaes das povoações de 40 a 50 habitantes, até 5:000 metros, com relação ás povoações que contêm mais de 6:000 habitantes, estabelece-se do mesmo modo uma gradação quanto possivel proporcional.

Em Bolonha, de 250 até 2:000 para as povoações de 400 a 1:000 habitantes, não

sendo a orysicultura permittida a menos de 10:000 metros de Bolonha propriamente e de Imola.

Em Ravena a 500 metros pelo menos da ultima casa rural, salvo raras excepções perfeitamente determinadas em que é menor a distancia permittida, ou contrariamente com relação ás povoações mais importantes em que aquelle limite augmenta até 2:000 e mais metros.

Em Ferrara variam as distancias entre 5:000 a 500 metros para as povoações da 50 habitantes.

Em Torli, de 3:000 até excepcionalmente 40 metros para as habitações isoladas de cultivadores.

Em Syracusa e na Catania não é a cultura permittida senão a 4:000 metros dos centros de povoação de qualquer natureza, com excepção apenas das habitações isoladas em relação ás quaes póde a cultura ter logar n'aquella provincia a 300 metros e n'esta a 200 de distancia.

Em Girgenti e em Lucca a 5:000 metros pelo menos dos maiores centros de população e a 200 ou 100 das habitações isoladas.

Simultaneamente o emprego das aguas de que o orysicultor se serve, é convenientemente regulado.

Em Turin, Placencia, Brescia, Syracusa, Parma, Regio, Milão, D'Emilia e Ravena o orysicultor tem que provar possuir quantidade sufficiente de agua.

E tanto n'estas como em outras provincias a nenhum orysicultor é permittida a estagnação das aguas, que devem ser correntes, não podendo estas ser derivadas nunca de qualquer logar ou deposito onde tenham já soffrido corrupções.

Aos proprietarios, compete evitar todo o derramamento de aguas, do mesmo modo que são obrigados a impedir por meio das necessarias obras, que lhes são indicadas, todas as infiltrações prejudiciaes.

O curso das aguas tanto de irrigação como das de esgoto deve achar-se sempre desempedido de toda a vegetação aquatica que lhes demore a corrente.

Os comoros têm de ser immediatamente destruidos depois da ceifa, os terrenos completamente esgotados, fundamente lavrados e as hervas das mondas convenientemente interradas.

A estas indicações geraes as mais importantes com relação ao regimen das aguas, juntam-se porém outras de não menor valor com referencia ás habitações dos cultivadores em harmonia com as condições da provincia.

Em Placencia e Syracusa por exemplo nenhuma habitação a menos de 300 metros dos arrozaes poderá ter a menor abertura ou fenda na parede que lhes fique voltada e deve possuir a capacidade e as divisões necessarias para abrigar nas melhores condições hygienicas toda a familia do cultivador.

Em Bergamo, Padua e Ferrara providenceia-se preceituadamente que a construcção seja effectuada por fórma que se evite toda a infiltração.

Em Placencia e Syracusa, as divisões internas das habitações não podem ter superficie menor de 20 metros quadrados, por 2^m,5 de alto, devendo serem sempre superiores ao nivel do terreno em que a construcção assenta.

N'outras provincias a existencia de agua potavel ou de phyltros artificiaes é con-

dição essencial e em todas os mais rigorosos preceitos com referencia á ventilação e outras condições hygienicas merecem a mais completa e especial attenção, devendo principalmente notar-se os que respeitam ao trabalho nos arrozaes, que não póde nunca começar senão uma hora depois de ter nascido o sol e que deve necessariamente terminar igual tempo antes do occaso.

Cita-se assim e com rasão a Italia, como o paiz onde melhor e mais completamente se acha regulada a orysicultura e a ella nos referimos do mesmo modo nós, para bem mostrar a quantos e minuciosos preceitos se procura sujeitar ali o cultivador de arroz.

Em Hespanha, a administração delimita igualmente os perimetros orysicolas, não podendo cultivar-se arroz senão em localidades providas de aguas abundantes, pelo menos 2 litros por hectare e por hora, em terrenos de muito fundo e pela sua natureza livres de infiltrações, que prejudiquem as culturas proximas e finalmente distantes das povoações circumvizinhas.

Bem pouco, se alguma cousa ha, encontrámos porém indicado na legislação d'estes paizes que ao assumpto se refere, que não tenha sido entre nós tambem, não só thema de largos e proficientes estudos dos nossos mais notaveis hygienistas, mas o que é mais, na maior parte, vasta materia de relatorios officiaes, portarias, decretos e leis.

Na memoria academica devida ao dr. Caetano Maria Ferreira da Silva Beirão, resumo e critica feita por este distincto medico, dos pareceres das commissões especiaes mandadas organizar por circular do ministerio das obras publicas, em data de 15 de fevereiro e 1 de março de 1854, não só junto dos governos civis dos differentes districtos administrativos, onde existia a cultura do arroz, mas tambem n'aquellas localidades onde esta industria houvesse adquirido maior desenvolvimento, a fim de que o governo em harmonia com os relatorios que lhe fossem presentes resolvesse o que por mais conveniente lhe parecesse a bem da saude publica, se encontra abundante copia de preciosas indicações hygienicas.

Nas respostas da commissão de Alemquer ao questionario proposto, deparam-se-nos nomeadamente numerosas prescripções reguladoras que áquella commissão se assignava dever praticar-se sempre.

1.º Planura do solo sem notaveis sinuosidades e em geral canteiros nivelados com 2 pollegadas de agua, para afóra outras graves rasões não estorvarem o terreno do benefico contacto atmospherico.

2.º Abertura perfeita, limpeza e o conveniente escoante nas vallas e canaes da agua, em toda a extensão, da corrente para evitar os charcos ou quaesquer reservatorios, alem dos açudes indispensaveis para o equilibrio das aguas e poderem estas ser exhaustas completamente em occasião opportuna.

3.º Irrigação constante e livre entrada e saída da agua dos canteiros, em direcção a um ponto dado onde seja o curso ordinario no canal da evasão geral.

4.º Estabelecer rigorosamente que a gente das mondas conserve o calçado á sombra para o tornar fresco ao sair da agua e não soffrer descalço um perigoso contraste no solo ardente, por ser em agosto a força d'estes trabalhos, indispensaveis com a agua nos canteiros para se poderem arrancar as fortes raizes daservas estranhas.

5.º Tirar inteiramente as aguas á seara, oito ou dez dias antes da ceifa, para o arroz amadurecer bem e fazer-se a ceifa em terreno enxuto no qual unicamente fique o restolho, como despojo, em identico caso de outros cereaes.

6.º Arrazar os açudes e desembaraçar plenamente o foco das nascentes, vallas e cannaes de toda e qualquer opposição á franquia das aguas para evitar toda a estagnação.

7.º Levantar das eiras a palha do arroz, antes da sua putrefacção, amontoada.

Os pareceres das diversas commissões completam-se e o auctor da memoria citada amplia com trabalho proprio considerações expendidas e pontos não tocados.

O sabio professor da universidade de Coimbra, José Ferreira de Macedo Pinto, largamente se occupa, na sua *Medicina administrativa e legislativa*, da cultura do arroz debaixo do ponto de vista hygienico, e na parte regulamentar d'esta industria agricola não esquece reparos e preceitos de subido apreço, a que devem attender os peritos chamados a julgar de tal assumpto.

Desnecessaria se nos torna a indicação de muitos outros escriptos, não diremos já de estranhos, mas puramente nossos para que se reconheça que a questão regulamentar dos arrozaes tem sido largamente tratada.

De pouco nos serviriam, porém, considerações e conselhos de eruditos se de ha muito não tivessem os governos procurado por varias fórmãs e meios dar-lhes effectividade completa.

Em 24 de abril de 1849 é expedida pelo governo civil de Santarem, com approvação do ministerio do reino, uma circular regulando a cultura do arroz n'aquelle districto.

Em 11 de maio de 1851 determina-se por uma portaria, que para que a cultura do arroz não prejudique a saude publica, devem os governadores civis fazer constar por editaes os logares e o modo por que é permittida, e intimar depois os contraventores para destruirem as sementeiras sob pena de serem processados e estas inutilisadas pela auctoridade á custa d'aquelles.

Em 15 de outubro do mesmo anno ordena-se que o arroz se cultive, sómente com licença da auctoridade administrativa, que a deve conceder nos logares e com as condições aconselhadas pelos facultativos precedendo exame do terreno, sua composição e mais circumstancias e autuar como desobedientes e destruir as sementeiras aos que de outro modo e sendo intimados continuarem esta cultura nociva á saude publica.

Em portaria de 28 de junho de 1852 explica-se o sentido da portaria de 16 de outubro do anno anterior, que não quiz tolher este genero de cultura, senão nos logares em que pelo juizo das pessoas competentes, for prejudicial á saude publica.

Em portaria de 5 de julho de 1852 regula-se o modo por que se deve proceder na concessão de licenças, declarando-se que uma vez concedidas não era necessario que se renovassem em cada anno.

Em 11 de março de 1853 indica-se que para proceder ao exame dos terrenos destinados á cultura do arroz os peritos devem ser sempre facultativos, e que não os havendo no conselho legalmente habilitados, hão de chamar-se os de outro conforme o artigo 5.º da portaria de 5 de julho de 1852.

Em 13 de maio de 1852 explica-se aos governadores civis como devem proceder na concessão de licenças para esta cultura e obstar aos abusos d'ella, com devem para este fim escolher e ouvir facultativos e por quem devem os peritos ser gratificados e pagas as demais despesas das vistorias.

Em 13 de maio de 1855 ampliam-se as anteriores providencias sobre a cultura do arroz, dadas em portarias de 5 de julho de 1852 e 13 de maio de 1853, suscitando-se a sua execução.

Em 12 de maio do mesmo anno renovaram-se providencias anteriormente dadas; declarando-se que as vistorias por peritos imparciaes, era uma condição essencial para a concessão de licenças, sem que todavia estas se entendessem irrevogaveis, quando se mostrasse terem sido obtidas indevidamente ou que d'ellas se havia abusado.

Em 16 de maio e 2 de julho de 1857 ordena-se que no estio se façam vistorias á custa dos agricultores nos terrenos onde for cultivado arroz e se dê conta ao governo do resultado de taes exames.

Em 22 de junho de 1859 determina-se que as licenças para a cultura do arroz sejam pessoaes, mas que deviam suspender-se até que sobre os trabalhos da commissão nomeada por portaria de 16 de maio d'este mesmo anno, para estudar nas localidades onde se semeia arroz, a questão da salubridade ou insalubridade d'esta cultura, este objecto fosse definitivamente regulado.

Em 26 de fevereiro de 1863 suscita-se novamente a observancia das ordens que prohibem a orysicultura fóra dos logares e condições não auctorisadas, determinando-se até ulterior decisão que novas licenças não fossem concedidas ou renovadas as que tivessem caducado.

Em 4 de abril de 1865 ordena-se que os arrozaes sejam inspeccionados por delegados especiaes do governo, determinam-se os pontos sobre que deve versar a inspecção e que se autoem os cultivadores encontrados em transgressão dos regulamentos.

Em 27 de janeiro de 1866 determina-se que a destruição das searas ordenada pela auctoridade não obste ao relaxe, dos transgressores dos regulamentos aos juizes criminaes.

Em 15 de maio do mesmo anno mandam-se cassar as licenças cujas condições não hajam sido cumpridas ou que apesar de cumpridas ponham em risco a saude dos povos, prohibe-se a concessão de novas licenças e ordena-se a destruição dos arrozaes fóra das condições da lei.

Em 25 de maio declara-se que as licenças são concedidas aos terrenos e não ás pessoas, e que não devem annular-se pelo facto das propriedades licenceadas mudarem de cultivador ou de dono.

Por carta de lei de 1 de julho de 1867 auctorisa-se o governo a proceder ás obras necessarias para a extincção dos arrozaes.

Por portaria de 4 de julho de 1868 determina-se que os arrozaes só podem ser extinctos pelo processo estabelecido na lei anterior.

Em 4 de maio de 1871 prohibem-se os arrozaes no districto de Leiria.

Em 23 de novembro do mesmo anno ordena-se que de 1872 inclusivè em diante sejam os arrozaes prohibidos nos terrenos que tenham tido outra cultura.

Em 15 de dezembro de 1871 dão-se as instrucções necessarias para a execução d'aquelle decreto.

Em 31 de janeiro de 1872 permitem-se os arrozaes com licença até que se proceda a novos exames.

Em 23 de março e 5 de abril de 1882 ordena-se a effectiva prohibição da cultura dos arrozaes nos terrenos do districto de Coimbra, comprehendidos nas disposições do n.º 4.º do artigo 30.º da carta de lei de 1 de julho de 1867.

Qual tem sido, porém, o resultado de tantas medidas governativas e qual sobretudo o proveito que para a restricção da cultura do arroz, se tem tirado das licenças devidamente reguladas, dos exames dos peritos e do mandato das auctoridades locais.

Diversos documentos officiaes nos podem esclarecer sobre o assumpto.

No parecer com data de 15 de janeiro de 1868, da commissão nomeada e constituida no districto de Coimbra, em harmonia com o artigo 6.º da lei de 1 de julho de 1867, que determinou o inquerito aos terrenos cultivados de arroz que deviam ser aproveitados em outra cultura segundo as providencias propostas no artigo 4.º da mesma lei, começa-se por affirmar que a oryiscultura apesar de todas as restricções dos regulamentos administrativos e dos clamores levantados por algumas das povoações mais proximas e affectadas pelos arrozaes, tinha tido nos ultimos annos consideravel incremento.

Que a commissão chegára ao conhecimento de que muitas licenças tinham sido concedidas sem que se tivessem previamente effectuado vistorias regulares, como determina o bom comportamento da lei, e outras dadas a proprietarios de terrenos situados na maior proximidade das povoações, nos quaes não deveria nunca ter sido tal cultura permittida, com grande prejuizo para a saude dos povos.

N'estas condições cita-se o Paul do Taypal que tendo sido cultivado a maior parte de arroz no anno de 1863 resultou d'aqui em Montemór uma epidemia que atacou d'esde agosto até 15 de novembro 897 pessoas, das quaes 45 falleceram, sendo o numero de habitantes sómente de 1:363 e adduzindo-se analogos exemplos, conclue assim os funestissimos resultados de muitas licenças concedidas levianamente ou com menos escrupulo.

Que as estatisticas provam igualmente, reproduzindo numerosos factos, que a mortalidade augmentára com o numero de licenças concedidas.

Que os regulamentos nunca haviam sido praticados e d'aqui não menos inconvenientes.

Que só em rarissimos casos os proprietarios destruiam os comoros dos taboleiros de arroz e davam saída ás aguas represadas em tempo devido, em opposição ao que estavam terminantemente obrigados.

Que da vistoria dos terrenos resultou concluir-se que a maior parte das propriedades onde se cultiva arroz com licença e aquellas onde esta cultura existia sem que para esse fim estivessem licenceadas, se encontravam exactamente nas mesmas condições.

Que nenhuma rasão justificava a maior parte das licenças concedidas.

E finalmente que tinha havido indesculpaveis excepções de favor.

Passemos ao relatorio da commissão nomeada para, em virtude do decreto de 31 de

janeiro de 1872, artigos 2.º e 3.º e do artigo 4.º da lei de 1 de julho de 1867, inquirir dos arrozaes que no districto de Coimbra eram cultivados com licença ou processo pendente para ella.

Em harmonia com o n.º 1.º do artigo 31.º da lei de 1 de julho de 1867 quiz aquella commissão verificar quaes os arrozaes cultivados com licença legal para que os que d'esta garantia não gosassem, fossem desde logo, segundo a lei, destruidos.

Chegou, porém, á conclusão de que a superficie das propriedades licenceadas occupavam a quarta parte apenas da area total dos arrozaes, e que a cada licença concedida se seguiam mais dez propriedades novamente cultivadas de arroz, ou porque os seus donos e cultivadores entendessem dever pôr de parte, por inutil, aquella formalidade, ou porque naturalmente da concessão de uma dada licença resultava como necessaria consequencia a cultura do arroz em todos os terrenos proximos ou confinantes.

Que do facto dos regulamentos administrativos não terem sido nunca praticados resultava em grande parte o desenvolvimento da orysicultura e a maioria dos seus lamentaveis effeitos.

Que as licenças sem attenção á lei que regula taes concessões, desprezando-se todos os preceitos e prescripções legaes, eram concedidas em termos indefinidos, umas em superficie, outras em medida de sementeira e algumas mesmo sem nenhuma d'estas designações.

Que estas licenças assim concedidas e outras originaram o enxarcamento de muitos campos confinantes e d'ahi, como consequencia necessaria e inevitavel, a cultura de arroz em terrenos que antes podiam produzir prados, abundancia de gados e mesmo cereaes.

É desnecessario accumular citações que poderiamos fazer.

Os factos attestados pelas commissões de inquerito ao districto de Coimbra em 1868 e 1872, com relação ás licenças concedidas para a cultura do arroz e ao cumprimento dos regulamentos administrativos têm-se reproduzido por todo o paiz, em virtude das mesmas rasões, pela mesma fórmula e com as mesmas consequencias.

Os grandes lucros da orysicultura, as influencias locaes, a falta de policia, se não a impossibilidade de permanente e rigorosa fiscalisação a indifferença por vezes, quando não a fraqueza das auctoridades administrativas, tudo tem poderosamente concorrido para aquelles resultados, annullando-se constantemente por completo todas as determinações governativas que intentando restringir a cultura do arroz por meio de regulamentos e licenças tem tido por immediato intuito salvaguardar quanto possivel a saude dos povos.

Nós somos dos que acreditam que a cultura do arroz é sempre por melhor regulada que seja, um foco de insalubridade e as auctoridades em que podemos apoiar o nosso modo de ver não faltam por certo.

«A triste experiencia da cultura do arroz por irrigação ou inundação em França, em Hespanha e sobretudo na Italia, diz-nos o dr. Macedo Pinto, mostra de sobejo que este genero de cultura é de sua natureza pernicioso e incapaz de se tornar innocente.

«Os regulamentos sobre a cultura do arroz, acrescenta ainda, por melhores que

sejam, não dão um penhor seguro á saúde dos povos, o interesse privado tende sempre a sophismal-os na pratica como mostra a triste experiencia dentro e fóra do paiz.

«D'aqui concluimos que o mal não vem dos governos, senão da natureza mesmo do objecto.»

Na dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas do dr. Filippe do Quental, descriptos, comparados e criticados que são os tres processos seguidos em Portugal na cultura do arroz, estagnação, irrigação periodica e irrigação perenne, acrescenta em conclusão o distincto professor: «depois do que temos dito sem receiarmos que nos acoi-mem de exagerados, sustentámos de convicção intima que os arrozaes cultivados por qualquer dos tres processos usados entre nós são verdadeiros pantanos artificiaes e muito mais perniciosos que os naturaes»¹.

No emtanto é e tem sido sempre o principal fim dos regulamentos, administrativos, generalisar na cultura do arroz o processo da irrigação perenne, como sendo aquelle de que menos prejuizos podem porventura advir.

A prova mais cabal da insalubridade dos arrozaes, ainda que convenientemente regulada a sua cultura, existe porém no espirito e na letra dos proprios regulamentos. Na França, na Hespanha, na Italia e do mesmo modo entre nós não se tem estabelecido ou decretado um unico regulamento bem pensado, em que condição essencial não seja o afastamento consideravel dos arrozaes dos centros povoados. E fóra dos extensos perimetros d'onde a cultura do arroz é completa e terminantemente excluida, é porventura livre o cultivador de proceder como melhor julgue em attenção ao seu interesse?

Passe-se a vista pelos regulamentos italianos. O que vemos?

Os arrozaes repellidos até ás distancias de 5 e 8 kilometros das mais importantes povoações, e d'estes limites alem as mais rigorosas prescripções na sua cultura.

Se os regulamentos extinguissem a insalubridade ou a evitassem, para que a imposição de tão consideraveis distancias?

Porque não podem estabelecer os arrozaes mesmo junto das cidades, das villas, das praças fortes e até das habitações isoladas?

É porque apesar de todas as precauções e cuidados prescriptos nas disposições regulamentares que a lei impõe, o arrozal é sempre causa necessaria de doenças e males.

Não desconhece no emtanto esta commissão os beneficios que mais propriamente para as povoações arrozaleiras e em geral para o paiz necessariamente derivariam da applicação rigorosa de bem coordenados regulamentos de que poderíamos, se o não reputasemos trabalho inutil, apresentar as bases essenciaes entre as quaes não deveria esquecer a irrigação continua e o *exclusivo estabelecimento* dos arrozaes a consideraveis distancias dos centros populosos, attendendo sempre ás principaes auctoridades na materia e principalmente ás opiniões dos medicos consultados, no parecer dos quaes, em resposta ao

¹ Havendo o membro d'esta commissão D. Antonio de Almeida apresentado á academia real das sciencias uma memoria, cuja publicação foi por aquella douta e illustrada corporação determinada, sobre a influencia benefica de que o enxofre póde exercer no melhoramento das condições hygienicas das regiões palustres, em virtude da acção destruidora que aquelle corpo parece possuir sobre os microbios que ali se formam e desenvolvem, reputa esta commissão que da maior utilidade seria, attendendo á alta importancia do assumpto, se realisassem em harmonia com o interessante estudo a que nos referimos, as necessarias e devidas experiencias de que tantos e tão valiosos resultados podem sem duvida provir.

questionario que por esta commissão lhes foi proposto, é a *orysicultura reputada pelos processos do seu cultivo como uma das causas mais commum e mais poderosa das endemias palustres*, se entende que a sua influencia malefica se estende a variaveis distancias em harmonia com diversas circumstancias locaes, julgando-se que a irrigação continua e abundante póde ser no emtanto de vantagem para a saude dos povos em relação a quaesquer outros processos.

Se propozessemos, porém, a applicação sem alteração dos regulamentos italianos ou de outros quaesquer moldados sobre aquelles, julga esta commissão que da rigorosa execução de tal medida resultaria em geral e nomeadamente para o districto de Coimbra a supressão quasi completa dos arrozaes existentes.

Sem que entremos na apreciação e exame de muitas das disposições regulamentares, consideremos apenas as que se referem ás distancias a que sómente é permittida dos centros de população a cultura do arroz em Italia.

Confrontemos estas disposições, não diremos já com o estado actual da cultura do arroz no districto de Coimbra, mas com a posição e distancias dos arrozaes em referencia ás povoações na data do inquerito de 1868 e aquella conclusão affirmar-se-ha como natural consequencia.

Em 1868, das povoações mais proximas dos arrozaes, a mais distante apenas se achava d'elles afastada 5:000 metros, distancia que decrescia successivamente depois, até se annullar completamente para as que se achavam no proprio centro dos arrozaes, o maior numero.

A distancia media dos arrozaes com relação aos centros populosos indicados como mais proximos, póde reputar-se que seria n'esse tempo de não mais de 600 metros.

A população d'estas povoações por numero de fogos era de 100 a 400 habitantes, computando cada fogo em 4 habitantes, que é a norma adoptada para as povoações ruraes.

Das povoações mais proximas era de 473 fogos ou 1:892 habitantes, a mais populosa e de 11 fogos ou 44 habitantes a de menor população.

Intente-se harmonisar agora este estado de cousas, *bem melhor que o de hoje*, com as indicações que apresentámos sobre os regulamentos italianos, procure fechar-se a cultura do arroz, tal como a descrevemos, nos estreitos limites d'aquellas regras, consideremos que a povoação mais distante de dados arrozaes, é necessariamente em um districto populoso como o de Coimbra a mais proxima de outros, e chegaremos á conclusão necessaria de que nas imposições regulamentares rigorosamente cumpridas iria como consequencia inevitavel a extincção quasi completa da cultura que nos occupa.

Não deixando, pois, de concordarmos nas vantagens que para a saude dos povos resultariam da imposição de boas medidas regulamentares tanto mais uteis, quanto mais rigorosas ellas fossem, reconhecendo que é e tem sido este um dos meios de que nomeadamente entre estranhos se tem lançado mão, senão para extinguir para diminuir quanto possivel os perniciosos effeitos da orysicultura, entende porém esta commissão que attendendo ás considerações expostas, ao resultado perfeitamente nullo que entre nós tem produzido quanto se tem n'este sentido legislado, aos graves e constantes attritos que iria estabelecer-se entre o interesse do cultivador e o dever da auctoridade, bem convencida da grande superioridade na lucta d'aquella, sobre esta força, sempre comprovada, embora fraquejando por momentos, para melhor e mais completamente vencer mais

tarde, notando que é permanente e se exerce de continuo o interesse individual, ao passo que são transitorias as auctoridades administrativas, que a um funcionario energico muitos outros se succedem nos quaes esta qualidade faz defeito, e sendo de opinião n'estas condições que taes medidas regulamentares não conseguiriam senão contribuir para a permanencia dos mesmos abusos, permittindo a existencia de uma cultura que só em dadas circumstancias ao abrigo da lei continuaria a praticar-se como hoje por toda a parte, com sophisma de todos os preceitos regulamentares: entende esta commissão que erro, e grave, seria aconselhar regulamentos que, perfeitamente sustentaveis em theoria, se não hão de executar nem cumprir na pratica, como a experiencia de trinta annos o tem infelizmente já larga e exuberantemente provado.

VI

FUNDAMENTOS PARA A EXTINÇÃO DOS ARROZAES E JUSTIFICAÇÃO DOS MEIOS N'ESTE INTUITO PROPOSTOS

Foi ha proximamente quarenta annos, que no baixo districto de Coimbra começou de iniciar-se a cultura do arroz.

Simple ensaio a principio não era a orysiculturà n'aquella epocha, senão limitada experiencia com que um ou outro proprietario procurava conhecer os recursos possiveis de uma cultura, cujos resultados a pratica não sancionára ainda para que sem receio lhe podessem entregar os seus campos.

As primeiras experiencias intentadas pareceram, porém, animar os cultivadores que augmentaram a sua area orysicola e os ensaios aconselhados pelo exemplo pouco a pouco se foram multiplicando em novas propriedades.

Desde 1843 até a data de 1851, limitado foi porém o incremento dos arrozaes que n'este ultimo anno apenas se encontravam em não mais de 255 propriedades.

Em 1856 vemos, porém, a orysicultura dilatar-se a 753 predios, em 1861 comprehender já 1:293, e em 1866 abranger não menos de 1:784.

Constituida em 1868 a commissão de inquerito, de que o artigo 6.º da lei de 1 de julho de 1867 determinou a nomeação, para julgar dos terrenos que cultivados de arroz deveriam ser aproveitados em outra cultura, segundo as providencias propostas no artigo 4.º da mesma lei, é o apuramento feito no mappa que segue o resultado a que aquella commissão chegou depois do exame e estudo do ponto que nos occupa:

Concelhos	Numero de propriedades	Extensão superficial dos arrozaes		Total
		Em terrenos pantanosos ou inundaveis (Art. 30.º, n.º 3)	Em terrenos anteriormente applicados a outras culturas (Art. 30.º, n.º 4)	
Coimbra.....	7	22:502	—	22:502
Condeixa.....	17	—	69:219	69:216
Cantanhede.....	391	190:362	1.242:579	1.432:941
Mira.....	429	1.060:000	243:393	1.302:393
Figueira.....	851	367:882	3.960:604	4.328:486
Montemór.....	561	286:330	2.283:128	2.569:458
Soure.....	203	71:182	675:228	746:410
	2:459	1.998:258	8.473:148	10.471:406

Posteriormente, a commissão districtal nomeada em virtude do decreto de 31 de janeiro de 1872 artigos 2.º e 3.º e do artigo 4.º da lei de 1 de julho de 1867 para inquirir dos arrozaes cultivados no districto de Coimbra com licença legal ou processo pendente para ella, e verificar a exactidão ou defeitos da classificação feita em 1867, nos termos do artigo 30.º da lei de 1 de julho d'este mesmo anno, não fez senão confirmar os dados de que consta o mappa anterior, acrescentando valiosos esclarecimentos sobre o assumpto mais propriamente commettido ao seu exame.

Não se procedera desde aquella data até 1881 a nenhum outro arrolamento dos arrozaes do districto de Coimbra, quando n'este anno o director das obras do Mondego e barra da Figueira, desejando reconhecer da diminuição ou augmento que no periodo do ultimo decennio tivera a orysicultura na parte do districto de Coimbra correspondente ao perimetro sujeito á sua inspecção, determinou a medição e verificação dos campos cultivados de arroz n'aquelle area, o que levou a effeito em 21 freguezias, de 4 concelhos n'aquelle perimetro comprehendidos.

Não se contém no numero das freguezias inspecionadas nenhuma das que no districto de Coimbra se sabia maior desenvolvimento terem dado á orysicultura, como entre outras as de Verride, Brunhós, Maiorca e Vinha da Rainha, onde os novos arrozaes da Barqueira do Barrão e os do Camarsão nos concelhos de Montemór e Soure deveriam ter acrescido de mais 90 hectares pelo menos a area orysicula.

No emtanto e apesar d'estas importantissimas restricções, o resultado da comparação que em seguida reproduzimos, entre a area cultivada de arroz no anno de 1871 com a medida de superficie accusada na data da inspecção a que nos referimos não é menos assombrosa:

Concelhos	Freguezias	Cultura de arroz		Diferentes	
		Em 1871 ms	Em 1881 ms	Para mais ms	Para menos ms
Coimbra.....	Amial.....	565,00	103:474,00	102:909,00	-
	Antanol.....	-	8:124,00	8:124,00	-
	Lamarosa.....	-	4:320,00	4:320,00	-
	Ribeira.....	-	273,00	273,00	-
	Antuzede.....	199:416,00	92:070,00	-	107:346,00
	S. Martinho.....	-	4:320,00	4:320,00	-
	S. Silvestre.....	-	67:500,00	67:500,00	-
	Cioga.....	-	59:320,00	59:320,00	-
	Vil de Mattos.....	-	258:120,00	258:120,00	-
Condeixa.....	Anobra.....	64:391,00	100:121,00	35:730,00	-
	Carapinhiera.....	251:617,00	246:780,00	-	4:837,00
	Meãs.....	305:629,00	393:120,00	87:491,00	-
	Montemór.....	313:357,00	529:740,00	216:383,00	-
Montemór....	Pereira.....	82:894,00	6:590,00	-	76:30400
	Santo Varão.....	-	6:804,00	6:804,00	-
	Tentugal.....	39:338,00	96:120,00	56:782,00	-
	Villa Nova da Barca.....	-	25:920,00	25:920,00	-
		1.357:207,00	2.002:716,00	933:916,00	188:487,00

Concelhos	Freguezias	Cultura do arroz		Diferenças	
		Em 1771 m²	Em 1881 m²	Para mais m²	Para menos m²
Soure.....	Transporte.....	1.357:207,00	2.002:716,00	933:916,00	188:487,00
	Alfarellos.....	18:931,00	10:800,00	-	8:131,00
	Figueiró.....	25:059,00	18:272,00	-	6:787,00
	Granja.....	25:312,00	64:361,00	39:049,00	-
	Villa Nova de Anços.....	43:851,00	46:980,00	3:129,00	-
		1.370:360,00	2.143:129,00	976:174,00	203:405,00
				+ 772,769	

Partindo assim dos elementos que apresentámos e reputando ter sido de 1871 a 1881 igual ao das freguezias indicadas (em que de 137 hectares que abrangiam em 1871 cultivados de arroz passaram a conter em 1881, 214) o augmento da orysicultura nas demais, dos concelhos do baixo districto, onde este aproveitamento cultural se pratica em larga e desmedida escala, chegámos á conclusão de que no limitado periodo dos ultimos dez annos não foi de menos de 80 por cento o augmento da superficie entregue n'aquella região á cultura do arroz!

Uma causa potente é necessaria e indubitavelmente origem d'este extraordinario e progressivo desenvolvimento de uma cultura, a que tantos e tão grandes males estão ligados.

Quaes podem ser porém as rasões determinantes que ao cultivador aconselham ou impellem por tal caminho, onde existe a explicação d'estes motivos e como e porque fórma podem justificar-se?

Estabeleça-se a comparação entre as industrias agricolas mais frequente e largamente praticadas no districto de Coimbra e a cultura do arroz e a causa da preferencia a esta dada, sobre aquellas resultará consequente com a demonstração do desmedido interesse que da orysicultura provém.

Senão, ponhamos em paralelo a cultura do milho, o aproveitamento agricola que tratando-se de uma substituição de cultura em terrenos onde existem arrozaes mais importa considerar, e a oryzicultura:

Culturas	Litros de semente por hectare	Litros de produção da semente empregada — Terrenos		Media	Custo da produção media da sementeira ao colhimento por litro — Réis	Valor no mercado por litro — Réis	Rendimento em dinheiro, por hectare, deduzidas todas as despesas de cultura		Rendimento medio por hectare — Réis	Réis
		Bom	Inferior				Minimo Réis	Maximo Réis		
Milho ..	64,0	1,400	800	1,600	7,24	29	17,408	30,464	20,780	39,583
Feijão¹..	32,0	320	64,0	192	3,62	36,22	2,083	10,416	6,250	
Arroz ..	127.7	5:111	2:555	3:833,000	11,5	33,3 em casca	55,555	111,110	83,333	

¹ Referimo-nos ao feijão que se semeia intercalamente com o milho, facto frequente no districto de Coimbra e que augmenta na medida indicada o rendimento do hectare em que a cultura do milho é no entanto o primeiro e principal aproveitamento agricola.

Assim se patenteia como a cultura do arroz sobreleva em extraordinarios lucros e assim se explica o interesse que nos proprietarios existe de procurarem dia a dia augmentar a area entregue a orysicultura, a despeito de todos os esforços empregados até hoje para impedir este funesto e prejudicialissimo movimento.

Como explicar-se por outra fórma o extraordinario desenvolvimento da orysicultura no districto de Coimbra (de que suppostas modificações nas condições topographicas dos terrenos se indicam como causa, que se pôde constituir allegação verdadeira com relação a um que outro proprietario é inquestionavelmente infundada para a quasi totalidade), quando as despesas effectuadas com as obras da natureza a que se refere o n.º 4 do artigo 1.º do decreto de 26 de dezembro de 1867 e que comprehendem a abertura, limpeza e conservação de canaes de esgoto e dreinagem, rede de vallas que no seu conjuncto mede hoje cerca de 200 kilometros, dos quaes 60 são regular e annualmente limpos, orçaram desde julho de 1868 até 30 de novembro de 1882, em 38:415\$430 réis; quando a somma gasta em melhoramentos agricolas e sanitarios emprehendidos e conservados pela direcção do Mondego e realizados com o concurso do proprietario e do estado, se elevou a 175:244\$199 réis; quando em trabalhos dirigidos no sentido de favorecer a navegação fluvial, mas que indirectamente não menos têm visado ao beneficio da agricultura e da saude publica se tem consumido nos ultimos annos 91:582\$002 réis; quando se têm destinado e empregado 40:000\$000 réis em grandes plantações para o bom regimen das aguas, fixação de terrenos, colmatagem de brejos, construção de estradas transversaes, a um tempo diques de colmatagem e inateiramento, e finalmente quando de todas estas despesas e trabalhos resultou o consideravel melhoramento de 3:000 hectares de terreno, anteriormente enxarcados e improductivos, situados na sua quasi totalidade nos valles secundarios do Mondego, beneficio de que tem participado, como consequencia, quasi todo o campo de Coimbra.

Despendem-se assim mais de 345:000\$000 réis em melhoramentos agricolas e sanitarios n'um periodo de dezeseis annos, praticam-se canaes, abrem-se vallas, dessecam-se terrenos enxarcados, rectificam-se cursos fluviaes, consome-se trabalho de technicos e obreiros, gastam-se ordenados e salarios e todos estes esforços se perdem improductivamente, porque a lei de 1 de julho de 1867, que a pratica de todas aquellas providencias determinou no humanitario pensamento de ferir com golpe decisivo os arrozaes do paiz, tem sido n'esta parte completa e inteiramente inutilisada e illudida no districto de Coimbra desde que a area entregue á orysicultura tem por fórma crescido até ao duplo do que ha dez annos era.

É porque a lei de julho de 1867 partia do principio que melhorados os terrenos a pratica da orysicultura terminaria como immediata consequencia, e ao passo que ordenava assim as mais bem pensadas medidas no sentido do melhoramento agrícola e sanitario do paiz não fazia desaparecer da pauta das alfandegas os direitos que pesam sobre o arroz importado, ou destruia por meio de um imposto lançado sobre a orysicultura nacional, a poderosissima protecção que d'ali lhe resulta, a maior senão a causa unica em que deve ver-se a verdadeira rasão do excessivo interesse do cultivador de arroz e conjunctamente a explicação da reluctancia tenaz sempre opposta e vencedora sempre de todas as providencias governativas tendentes á restricção de uma industria agricola em que os lucros correm a par dos resultados funestos.

Se entendemos portanto que os melhoramentos agricolas e sanitarios do paiz, decretados pela lei de 1 de julho de 1867 são indispensaveis, se louvâmos o emprego das sommas e trabalhos despendidos n'este intuito, e se pedimos que as obras projectadas ou emprehendidas com aquella mira no districto de Coimbra, assumpto de que n'outro lugar d'este relatorio mais em detalhe nos occupâmos, sejam o mais largamente possivel subsidiadas para que ao seu começo ou conclusão se proveja sem demora, julgâmos tambem indispensavel o emprego simultaneo das mais efficazes medidas, se não no sentido da immediata extincção da cultura do arroz, com o fim momentaneo da sua mais effectiva restricção em poucos annos decorridos completamente geral ao districto que nos occupa.

É a fórma por que sabemos ter tido lugar no districto de Coimbra o successivo desenvolvimento da orysicultura que naturalmente encaminha as nossas reflexões e julgamentos.

De que utilidade serão todos os projectos e trabalhos tendentes ao mais perfeito e completo melhoramento sanitario e agricola de uma região se se não destroe o interesse que aconselhando ao cultivador a orysicultura, constantemente o encaminha, como nos demonstram os factos e o exemplo, pela mais facil e directa estrada que uma população póde conduzir á maior insalubridade, não procedendo nas suas terras humidas ou encharcadas, á abertura das necessarias vallas e deixando obstruir e entulhar as que n'ellas porventura existem, alagando por meio de cubos e barragens, outros meios artificiaes, e até de machinas a vapor, os seus terrenos naturalmente enxutos e anteriormente productivamente aproveitados nas mais salubres culturas, e não querendo contribuir com a parte que lhes cabe para as obras que o governo segundo a lei subsidia?

Mas se a cultura do arroz é a mais rendosa das industrias agricolas, como evitar que assim succeda, unica e simplesmente fazendo executar as obras que o estado dos campos aconselha ainda as evidentemente mais proveitosas?

Inutil e perdido empenho será este, comquanto na nossa opinião meio efficaz e indispensavel, se desajudado de outras providencias que lhe tornem a execução possivel.

Continuarão a ser artificialmente alagados os terrenos naturalmente enxutos, para a orysicultura poderem servir, os saneados restituídos á cultura do arroz em detrimento de todos os esforços empregados no sentido de os desviar d'aquella applicação, o regimen das aguas mais alterado dia a dia e as infiltrações dos arrozaes esterilizando todos os terrenos que lhes são proximos ou confinantes, com manifesto prejuizo para o rendimento das culturas que n'elles existem, ou o que peor é, impondo aos proprietarios visinhos a necessidade absoluta do exemplo seguir.

N'estas condições, attendendo ás reflexões expendidas no decorrer d'este relatorio sobretudo aos valiosos e importantissimos documentos em que ellas se fundam, é esta commissão de parecer que o bom regimen agrario, o prejuizo de muitos posto ao serviço de limitado numero, e que a saúde e a vida dos povos, constituem considerações por fórma superiores a todas as paixões e reluctancias que não hesita em pedir e instar para com o governo de Sua Magestade em nome da justiça, da equidade e dos mais humanitarios principios que a prohibição rigorosa e completa do orysicultura no districto de Coimbra seja o mais breve decretada.

É este o meio que esta commissão propõe, como o que mais efficaz reputa de quanto possa lançar-se mão e na alternativa sómente e como meio indirecto de menos difficil

execução talvez, mas de que em poucos annos espera analogo resultado, o lançamento de um imposto em harmonia com as considerações que sobre este particular assumpto se nos offerece expender seguidamente.

Se compararmos a data em que os nossos documentos e informações nos indicam ter sido iniciada no districto de Coimbra a cultura do arroz e a lei seguida pelo seu progressivo desenvolvimento n'aquella região, com a noticia que temos da nossa legislação aduaneira ao assumpto referente, desde logo se nos mostra não só que a iniciação d'aquella cultura coincidiu em anno muito proximo áquelle em que o primeiro direito de importação foi imposto ao arroz estrangeiro, mas tambem que o continuo alargamento da orysicultura se tem effectuado correndo a par dos successivos augmentos com que nas nossas pautas se tem ininterruptamente onerado a importação d'aquelle genero.

Foi ha pouco mais de quarenta annos que como simples ensaio começou de aclimar-se nos terrenos do districto de Coimbra a industria orysicola, ainda praticamente desconhecida então n'aquella parte do paiz, e foi em janeiro de 1837 que pela primeira vez a pauta das alfandegas estabeleceu sobre o arroz importado das nossas possessões um direito de 480 réis por quintal, e de 960 réis sobre o arroz estrangeiro, que a carta de lei de outubro do mesmo anno sobrecarregou de mais 120 réis.

Assim vemos nas proprias disposições da lei a origem do mal que tantas difficuldades deveria trazer.

Pouco progride a orysicultura até ao anno de 1851 apesar da lei de outubro de 1841 ter estendido ao nosso arroz colonial os 120 réis com que a carta de lei de outubro de 1837 augmentára os direitos de 960 réis, impostos ao arroz estrangeiro pela lei de janeiro do mesmo anno.

Não tarda, porém, que a pauta de 1852 tribute de 1\$240 réis os 100 arrateis de arroz descascado, e de 740 réis o que importado fosse sem preparo, direitos que correspondiam de 27 a 39 por cento conforme as procedencias do genero, e o desenvolvimento da orysicultura começa de accentuar-se mais decididamente.

De 1856 em diante, os direitos de importação do arroz com alternativas diversas, mas augmentando sempre, vão successivamente protegendo a orysicultura nacional, estimulando fortemente o seu rapido desenvolvimento.

Mantem aquellas taxas a pauta geral das alfandegas, decretada em 22 de dezembro de 1856, que pelo artigo 2.º da carta de lei de 14 de agosto de 1858 são temporariamente reduzidos a 600 réis para igual peso, sendo sómente tributado segundo as disposições preliminares da mesma pauta na quarta parte dos direitos mencionados o arroz procedente das possessões ultramarinas.

Sobre os direitos estabelecidos pagavam-se porém mais, em virtude das leis de 25 de abril de 1857 artigo 3.º e da de 14 de agosto de 1858, os impostos addicionaes de 12 e 3 por cento,

Succede-se depois a pauta de 23 de agosto de 1860, que, extinguindo aquelles addicionaes, estabelece as seguintes distincções:

Arroz de qualquer qualidade com casca, por 10 kilogrammas.....	90 réis
Arroz em meio preparo (não branqueado) por 10 kilogrammas.....	120 ,
Arroz descascado, por kilogramma.....	15 ,

São estas taxas alteradas depois pela pauta de 18 de dezembro de 1861, que passou de 15 a 20 réis os direitos de importação do kilogramma de arroz descascado, o genero que realmente avultava a despacho em comparação do arroz não branqueado e descascado, de que o direito subiu tambem de 90 a 100 réis e de 120 a 150 réis por 10 kilogrammas de peso.

São estas as taxas que a pauta de 25 de janeiro de 1871 manteve e que a actual igualmente conserva.

Aos direitos de 20 réis em que é tributado o kilogramma de arroz descascado importado pelas nossas alfandegas em harmonia com a pauta geral acrescem porém mais os seguintes impostos:

10 réis de imposto de consumo, sendo para consumo de Lisboa o genero importado ou 10 réis de real de agua quando destinado para fóra do concelho.

2 por cento sobre o valor e 3 por cento sobre os direitos da pauta alem dos 6 por cento addicionaes a estes direitos.

Cada kilogramma de arroz sem casca importado pelas nossas alfandegas e cujo *ad valorem* é computado em 50 réis, é pois hoje sobrecarregado com 33,70 ou 67,40 por cento de direitos de entrada.

Á sombra d'esta tão extraordinaria quanto injustificavel protecção, sem exemplo que se lhe assimilhe ou compare com relação ás nossas mais uteis e proveitosas industrias agricolas, e que não encontra senão nos 8 réis de imposto de real de agua, disposição tantas vezes illudida, diminuta attenuante, é que os arrozaes se enraizaram, ramificando-se depois por todo o baixo districto de Coimbra como planta damninha de que não ha forças para o terreno expurgar.

Estas reflexões indicar-nos-íam naturalmente o caminho a seguir no sentido do conseguimento do resultado em vista, aconselhando a suppressão completa dos direitos com que o estado tributa o arroz importado.

Acreditámos na efficacia da medida e consideração alguma nos demoveria do proposito de a propormos se não reconhecessemos que tão grande sacrificio não permite o estado da fazenda publica.

Uma diminuição de direitos seria providencia inutil por impotente e a eliminação total do tributo existente importaria na deducção de cerca de 500:000\$000 réis, nos rendimentos do paiz.

Não póde porém continuar a permittir-se que o cultivador de arroz permaneça aufferindo tão assombrosa quanto injustificada protecção para infestar de febres paludosas as populações, travando sem cessar o andamento do progresso e dos mais uteis melhoramentos agricolas em fertilissimas regiões do nosso solo.

Se a rigorosa e total prohibição da cultura do arroz não é medida desde já exequivel e não podendo o Estado prescindir d'aquella importante fonte de receita, lembra esta commissão como unico meio o lançamento de um imposto sobre a orysicultura nacional que lhe cerceie os consideraveis lucros que da protecção que gosa lhe provém, no pensamento de obter desde já uma diminuição sensivel na area occupada por aquella cultura, e que augmentado successivamente em limitados periodos consiga porventura extinguil-a em breve por completo.

Não é esta certamente idéa que possa dizer-se nova, nem a lembrança de um imposto semelhante medida só agora aconselhada.

Já em 1869 na sessão de 18 de maio apresentou á camara o sr. conde de Samodães, então ministro dos negocios da fazenda, uma proposta analoga pela qual se sujeitava a um imposto especial de 400 réis por hectolitro todo o arroz produzido no continente do reino e ilhas adjacentes, devendo considerar-se o predio onde se cultivasse arroz hypotheca do imposto creado por aquella lei.

No relatorio que precede esta proposta encontra-se nas seguintes palavras a sua justificação:

«A actual legislação sobre pantanos e arrozaes marcou uma epocha fatal para a sua extincção¹. Não só como meio indirecto de abreviar este praso mas como elemento de receita baseada no principio solido da utilidade excepcional que resulta da cultura do arroz, julguei poder apresentar-vos a proposta n.º 15 em que indico a creação de um novo imposto directo sobre a producção.»

«Não é novo entre nós o imposto sobre a producção nós o temos sob a denominação, de subsidio litterario que foi incorporado na contribuição predial.

«Hoje o proponho sobre uma das industrias agricolas mais lucrativas e mais prejudicial á salubridade publica. Ainda que additado á contribuição predial não onera por tal fórma a terra destinada a esta cultura que não deixe ainda larga indemnisação para se continuar n'ella, se porventura a lei a não prohibisse para o futuro.

«O monopolio mesmo que a lei estabelece para os actuaes cultivadores deve dar uma compensação para o Estado, que é a propriedade commum prejudicada pelo monopolio de facto ainda existente.»

Em 31 de março de 1870 é novamente renovada a apresentação d'aquella proposta sendo ministro da fazenda o sr. conselheiro Anselmo José Braamcamp, que já em 1869 a havia accetado e que no seu relatorio fundamenta «nas conhecidas e ponderosas razões que justificam este imposto tendente a nivelar os avultados lucros da industria do arroz com os proventos que as outras culturas fornecem e na idéa de induzir o proprietario ou o rendeiro ao aproveitamento mais adequado dos seus terrenos ainda antes de findar o praso designado na lei de 1 de julho de 1867 para a extincção dos arrozaes».

Os lucros da orysicultura sobre o geral das industrias agricolas e nomeadamente sobre a cultura de milho que é a que, como dissemos, mais importa considerar tratando-se de terrenos onde se semeia arroz, são tão superiores á importancia do tributo n'aquellas propostas apresentado que pouco excederia de 20\$000 réis por hectare, que posto em pratica o resultado seria cercear sem duvida os interesses de cultivador, mas sem que de baixo do ponto de vista da saude publica não houvesse a lucrar o desaparecimento de um unico arrozal.

A proposta funda-se é verdade na execução da lei de 1 de julho de 1867 que só posteriormente têm os factos demonstrado as difficuldades de cumprir-se, mas o seu maior defeito consiste, segundo o nosso modo de ver, em ser o tributo lançado sobre a producção e não sobre a superficie cultivada, o que determinaria a necessidade ou de um calculo approximadamente feito sobre as searas pendentes, o que é quasi inexequi-

¹ Refere-se á lei de 1 de julho de 1867.

vel, ou da verificação nas eiras onde a fraude havia de dar-se, a despeito do mais numeroso pessoal, ou do varejo nos celleiros e por todas as fórmulas como consequencia, luctas e vexames interminaveis.

Na sessão legislativa de 1881 é uma nova proposta, no sentido de tributar a cultura do arroz, apresentada ao parlamento com a assignatura dos ministros das obras publicas e fazenda, os sr. conselheiros, Saraiva de Carvalho e Henrique de Barros Gomes, e fundamentada a sua necessidade na indispensabilidade que existia de satisfazer a varias representações dirigidas ao governo umas vezes em nome da agricultura e do commercio outras em nome da saude publica.

Esta proposta que não tinha a nosso ver o defeito que na anterior apontámos pois que ao orysicultor se tributava por hectar cultivado, apresentava porém um inconveniente não menor e que a havia de tornar difficilmente exequivel, porque foi o escolho em que naufragou a lei de 1 de julho de 1867 e que ha de impedir ou consideravelmente difficultar pelo menos todas as que igualmente como aquella se fundem no principio da classificação.

E n'este assumpto, como em todas as questões de identica natureza, tanto importa entrar no terreno das classificações quanto tornar praticamente irrealisaveis as mais justas, mais bem pensadas e em principio melhor defendiveis medidas.

Dividia pois a lei de 1881 em tres grupos, que tributava desigualmente, os terrenos do paiz cultivados de arroz.

I Terrenos cultivados de arroz, anteriormente aproveitados em outras culturas, e situados a menos de 2:500 metros de qualquer povoação.

II Terrenos cultivados de arroz, anteriormente aproveitados em outras culturas e mais de 2:500 metros distantes de qualquer povoação.

III. Terrenos pantanosos cultivados de arroz que não tenham sido applicados antes em outras culturas.

Em harmonia com as distincções estabelecidas variava igualmente o imposto que era de 39\$000 réis para os terrenos comprehendidos no n.º I, 20\$000 réis, para os do n.º II e 10\$000 réis para os do n.º III.

Em dois motivos se fundava esta lei: era o primeiro, a necessidade de uma nova fonte de receita destinada a occorrer ás despesas de construcção do caminho de ferro do Algarve; e o segundo, satisfazer as reclamações ao governo dirigidas em nome da agricultura e da saude publica, procurando supprimir por uma fórmula indirecta uma parte dos arrozaes do paiz.

Não tendo que nos occupar do primeiro d'estes fundamentos, analysemos o segundo e vejamos se o fim em vista poderia lograr conseguir-se por meio do tributo imposto.

Póde dizer-se oscillar a producção dos arrozaes entre 20 e 40 sementes.

Menos de vinte é caso excepcional, e mais de 40 só terrenos privilegiados para tal cultura são susceptiveis de dar tão grande producção, que ainda assim se não mantem alem do primeiro, ou quando muito do segundo anno de aproveitamento orysicula.

As terras cultivadas de arroz, forçadas a produzir, afastadas por uma camada de agua dos beneficios do calor e da luz, promptamente diminuem de fertilidade e a tal ponto que raros são no districto de Coimbra os orysicultores que não alternam com a do milho a cultura do arroz.

Em harmonia com o quadro de producção e rendimentos anteriormente apresentado

e deixando de ter em vista as hypothèses extremas para considerar um limite mais inferior do que medio entre aquellas, teremos:

Semente em media por hectare.....	127,7	litros
Produção calculada a 25 sementes.....	31,925	»
Custo do fabrico para esta produção a 11,5 réis por litro.....	36\$708	réis
Valor da produção no mercado a 33,3 réis o litro.....	107\$310	»
Rendimento liquido por hectare.....	70\$602	»

Na hypothese pois, dos terrenos do n.º I segundo a lei tributados em 39\$000 réis ficaria portanto livre para o orysicultor o rendimento liquido de 31\$602 réis por hectare; 40\$602 réis para os terrenos comprehendidos no n.º II; e finalmente 60\$502 réis para os indicados no n.º III.

Comparemos agora estes proventos com os que a cultura do milho póde porventura offerecer ao cultivador nos melhores terrenos:

Semente em media por hectare.....	64	litros
Produção maxima por hectare.....	1.400	»
Custo medio do fabrico para esta produção a 7,24 réis por litro...	10\$136	réis
Valor da produção no mercado a 29 réis o litro.....	40\$600	»
Rendimento liquido por hectare.....	30\$464	»

Excesso de rendimento a favor da cultura do arroz ainda nos terrenos comprehendidos no n.º I mais fortemente tributados pela lei de março de 1881, comparados com as mais ferteis terras em produção de milho, 1\$138 réis.

N'estas condições nenhum cultivador que não possuisse terrenos susceptiveis de uma produção de milho maxima, prescindiria de uma industria agricola extraordinariamente superior em lucros e mesmo áquelles, cujas terras podessem n'aquelle caso incluir-se, numero relativamente limitado, ainda a orysicultura offerecia sobre a cultura do milho um beneficio liquido de 1\$138 réis por hecтар.

Pouco ou nada ganharia, pois na nossa opinião a saude publica com a promulgação d'aquella lei.

Entendemos portanto necessario um tributo desde já mais pesado, progressivo em limitados periodos e geral, sem distincções que tenham que fundamentar-se em classificações impraticaveis.

Da comparação dos elementos do calculo estabelecido, é que tem de deduzir-se a percentagem do imposto que deve ser afferido pela differença existente entre o rendimento do hectare de terra de produção inferior cultivada de milho, e os lucros approximadamente medios provenientes da orysicultura, em relação á mesma unidade de superficie.

Ora o hectare de terreno inferior cultivado a milho, rende liquido em harmonia com os elementos já apresentados numeros redondos 17\$500 réis.

Attendendo, porém, a que na maioria dos terrenos onde a cultura do milho se effectua, tem geralmente do mesmo modo simultaneamente cabimento a cultura do feijão cujo rendimento póde computar-se em campos n'aquellas condições n'um pouco mais de 2:000, teremos para rendimento liquido total do hectare de solo de qualidade inferior sujeito á producção que nos occupa, 20\$000 réis.

Estabelecida agora a differença entre o resultado do calculo feito do rendimento liquido do hectare de arrozal, tomando por base 25 sementes de producção (70\$000), e a quantia deduzida para igual rendimento da mesma unidade de superficie de superior qualidade cultivada de milho (20\$000) temos pois um excesso de 50\$000 réis d'aquella sobre esta somma.

Se considerarmos mais que os arrozaes em que a producção póde descer a 20 sementes não é senão, em absoluto mesmo, diminutissimo o seu numero, que do mesmo modo é caso não frequente os que a 40 ou mais ascendem e sendo 25 sementes não a media entre aquelles extremos que seria excessiva, mas, o que mais geral é, a norma de producção nos arrozaes do paiz, evidente se torna que podemos estabelecer sem receio de nos afastar da verdade as bases em que a nossa apreciação fundamentamos.

De 50\$000 réis é pois o imposto que esta commissão propõe, seja lançado desde já sobre o hectare semeado de arroz.

Dir-nos-hão certamente que queremos que se tribute assim com igual imposto uma producção naturalmente variavel, que os terrenos que mais de 25 sementes não produzem, não poderão ser consequentemente entregues á orysicultura, ficando abandonados e incultos, e que para aquelles que produzem 40 e mais, será inutil a lei, que só os melhores terrenos poderão d'ora em diante cultivar-se de arroz á medida que unicamente sobre aquelles que de outro aproveitamento não são susceptiveis pesarão os rigorosos.

Nós sabemos bem como póde e sabe exagerar o interesse o grande valor apenas aparente de semelhantes considerações.

Não ha um unico orysicultor que não encontre os melhores argumentos para fundamentar a existencia da sua industria e as melhores rasões com que condemne e se insurja contra todas as medidas tendentes a reprimil-a, e tanto mais valiosos quanto mais bem dirigida for a repressão proposta.

O que é certo, porém, é que os terrenos em que a producção é menor de 25 sementes são em numero diminutissimo, que grande parte d'esses terrenos podem ainda assim produzir melhor ou peor milho, e que portanto limitadissima é a area em que o imposto de 50\$000 réis é realmente prohibitivo da cultura do arroz.

Terrenos ha, porém, accrescentar-se-ha, em que a producção é superior a 25 sementes, e n'esta hypothese um imposto estabelecido sobre este elemento de calculo dará necessariamente uma margem mais ou menos larga ao cultivador que n'elles queira exercer a industria orysicola.

Em primeiro lugar aquelle excesso de producção não se sustenta, diminue em pouco tempo e desde esse momento tendem a nivelar-se os lucros da cultura do arroz nos melhores terrenos com os da que se effectue n'aquelles que não mais de 25 sementes possam produzir.

Acresce ainda, que desde que o imposto é lançado porém, não sobre o hectare cultivado de arroz mas sobre o hectare semeado, desde que o orysicultor do momento que lance á terra a semente, fica desde logo sujeito ao pagamento do tributo, sejam quaes forem os resultados da colheita, mais de um vez hão de reflexionar antes que o façam aquelles a quem a oryzicultura poderá ainda dar nas suas terras uma producção provavel ou possivel de lutar com o imposto, quando o seu solo n'estas condições susceptivel tambem de uma colheita de milho verdadeiramente remuneradora lhes offerecerá facil e util ensejo de desviar o peso do tributo.

Resta-nos, pois, a grande massa dos arrozaes do paiz, aquelles em que a producção é igual á norma de 25 sementes que estabelecemos.

A estes nivela o imposto os lucros com o rendimento de uma terra inferior cultivada de milho e a igualdade de interesses fará desde logo reconhecer ao orysicultor a insalubridade da sua industria, levando-o a não cultivar de arroz senão aquelles terrenos em que não for em boa verdade possivel diverso aproveitamento, fruindo ainda assim um rendimento analogo ao que uma terra de milho póde dar.

São estas pois as rasões em que fundamentámos o imposto de 50\$000 réis que propomos desde já, seja lançado sobre o hectare semeado de arroz, no intuito de obter de momento a mais larga restricção da cultura que nos occupa, sem que deixemos de reconhecer a grave injustiça em que incorremos, pretendendo nivelar os mais uteis aproveitamentos culturaes com a mais nefasta das industrias agricolas.

O que deixámos indicado não basta porém, sómente porque é indispensavel extirpar por completo dos nossos campos este prejudicialissimo fóco de insalubridade, resultado que não temos outra fórmula de obter senão pela progressão do imposto, augmentado na medida da realisação das obras de que alguns terrenos necessitam, umas que é indispensavel concluir, outras que se faz util emprehender e que todas effectuadas com o auxilio do imposto que propomos, simultaneamente lançado no decorrer da sua execução, constituem os dois poderosissimos elementos com que contámos se obtenha o humanitario escopo a que simplesmente visam as considerações expendidas.

Veremos então destruido completamente o interesse que a orysicultura offerece, aproveitados em ferteis prados, milheirae vicejantes e productivos vinhedos, esses terrenos só hoje ricos da vegetação palustre em que as aguas represadas pelos arrozaes se desentranham, origem de miasmas e febres; veremos então o exercito ir fazer aos campos de Coimbra, como nos tempos de D. Maria I, a melhor e a mais escolhida parte da sua remonta, porque n'essa epocha não haviam sido ainda ali substituidos os pastos pela cultura do arroz; veremos então desenvolver-se e progredir a agricultura verdadeiramente util, crescer com ella a riqueza publica e o bem estar das populações e o proprio cultivador agradecer reconhecido a medida humanitaria em que elle não quer ver ainda hoje senão um mal que o leva a insurgir-se.

DOCUMENTO

INFORMAÇÕES SOBRE AS OBRAS EXECUTADAS PARA MELHORAMENTO DA SAUDE PUBLICA E DA AGRICULTURA E NOTICIA SOBRE OS ARROZAES

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr.—Em satisfação ás perguntas constantes do officio que, sob o n.º 7 e em data de 18 do corrente, v. ex.^a se dignou dirigir-me como digno presidente da commissão no meada por portaria de 16 de setembro ultimo, tenho a honra de expor o seguinte:

Modernamente as obras executadas pela direcção a meu cargo, que têm tido por fim o melhoramento agrícola das terras e conjunctamente o da saúde publica, pertencem a duas categorias, conforme, nos termos da lei, devessem ser pagas só pelos proprietarios interessados, ou tambem pelo estado.

Estão no primeiro caso todos os trabalhos de abertura, limpeza e conservação das vallas e canaes de esgoto e de drainagem das terras, comprehendidos no n.º 4.º do artigo 1.º do decreto de 26 de dezembro de 1867.

Toda esta rede de vallas mede em extensão cerca de 200 kilometros, os quaes annualmente são limpos mais de 60.

As vallas abaixo relacionadas foram modernamente abertas e têm sido limpas e conservadas, e a despeza total n'ellas effectuada, desde julho de 1868 até 30 de novembro ultimo, tem sido a que adiante se descreve:

Valla de Coselhas	312\$685
Valla Nova de Alcarraques	80\$850
Valla da Barrosa	384\$510
Rio dos Fornos	995\$800
Rio de Eiras	657\$265
Valla do Curral Frio	154\$860
Valla da Insua da Martha	4\$690
Valla Real de Valle Travesso e Guardamatos	3:897\$245
Valla Real de S. Facundo e Guardamatos	1:208\$755
Valla Real de Ançã e Guardamatos	909\$650
Valla Real de Lavarrabos e Guardamatos	133\$205
Valla de Enchugo á da Geria	71\$855
Valla Real do monte de Tentugal e Guardamatos	3:870\$780
Valla do Mourão	252\$120

Valla da Senhora do Carmo da Lamarosa.....	1:234\$170
Valla de esgoto do paul da Lamarosa.....	259\$690
Valla do Madorno	22\$710
Valla do paul de Antuzede	166\$520
Valla do Rio de Baixo.....	54\$700
Valla do campo de S. Silvestre.....	323\$490
Valla Nova do meio do campo de S. Silvestre.....	326\$235
Valla do campo das Abertas.....	151\$230
Valla do Pateiro	129\$035
Valla da Machinha de dentro e de fóra.....	178\$365
Valla da Cova da Neta.....	146\$325
Valla da Vagem do Barco.....	34\$575
Valla da Penhorada.....	223\$185
Valla marginal do Mondego, ao N. ou direita.....	933\$155
Valla marginal ao Mondego, ao S. ou esquerda.....	747\$330
Valla da Vagem das Nogueiras.....	22\$465
Valla das Côrtes	49\$720
Valla dos Fippes e Pousadas.....	18\$075
Valla dos Frades.....	86\$050
Valla do Callado	13\$690
Valla do paul de Arzilla e Anobra.....	4:838\$190
Valla da Matinha	8\$205
Valla do paul de Formoselha	2:727\$550
Valla da Marqueza	161\$350
Valla da Julgada.....	59\$930
Valla do Meio no campo de S. Martinho	296\$615
Valla do Canal ou Telhadouro.....	1:507\$565
Valla do Marujal	627\$010
Valla Mourez.....	701\$350
Valla Nova do campo de Anços.....	672\$200
Valla da Gesteira	1:042\$710
Valla da Vinha da Rainha	249\$420
Valla dos campos da Amieira	1.025\$390
Valla do campo Velho e do Marnoto.....	3:404\$720
Valla do campo da Ribeira	97\$805
Valla do Sapagal e do Sumonte	352\$340
Valla do campo de Pereira e de Valle de Rãs	56\$435
Valla dos Malhões, ou dos Lotes, nos campos de Maiorca.....	963\$065
Valla do monte de Taipal e campos de Maiorca.....	1:568\$595
	<u>38:415\$430</u>

As despesas acima mencionadas equivalem á conservação e limpeza annual que é mister fazer nos canaes de esgoto das terras, alguns dos quaes exigem por anno mais do que uma limpeza e rossa ou deslima. Este trabalho de conservação e limpeza de vallas corresponde em media, como já se disse, a uma extensão de mais de 60 kilometros, com a despesa de 2:000\$000 réis approximadamente.

As obras effectuadas modernamente no Mondego, em virtude das disposições e conforme o espirito da lei de 1 de julho de 1867, para as quaes deve concorrer o estado e a propriedade interessada, e cujo fim tem sido o melhoramento agricola das terras e o da saude publica, podendo conjunctamente, mas em muito menor escala, beneficiar a navegação, são as constantes da nota seguinte:

Melhoramento do rio de Foja e dos campos de Maiorca e de Foja (construcção)...	34:652\$805
Melhoramento do rio de Foja e dos campos de Maiorca e de Foja (conservação) ..	1:860\$590
Rectificação e regularisação de rio Velho e Vagem Grande (construcção).....	13:231\$425
Rectificação e regularisação do rio Velho e Vagem Grande (conservação)	2:329\$870
Valla real do Norte (construcção).....	65:270\$480
Valla real do Norte (conservação).....	6:917\$000
Valla do Rego da Cidreira (construcção)	2:284\$870
Valla da Cova (construcção)	21:104\$640
Valla da Cova (conservação).....	1:538\$450
Valla dos Lazaros (construcção e conservação).....	1:644\$615
Valla real do Sul (construcção e conservação)	1:907\$455
Valla real da Granja e Alfarellos (construcção e conservação).....	2:876\$395
Valla real da Galgoa (construcção e conservação)	299\$890
Valle real da Insua (construcção e conservação).....	278\$940
Valla real da villa de Montemór (construcção e conservação)	393\$400
Valla de Pereira (construcção)	10:983\$735
Valla de Pereira (conservação).....	1:260\$720
Esteiro da Ereira (construcção e conservação).....	430\$155
Obras do campo da Varzea e do Moinho (construcção)	5:978\$755
	<u>175:244\$190</u>

Alem d'estas obras, outras têm sido executadas no mesmo periodo, sem que para ellas tenha de concorrer a propriedade, as quaes, tendo por fim o melhoramento da navegação fluvial, não interessam menos á agricultura das terras adjacentes e á salubridade publica.

Podem estas resumir-se na nota seguinte:

Rio Mondego — obras para seu melhoramento (construcção).....	15:751\$985
Rio Mondego — conservação e reparos das cheias	28:895\$870
Rio Soure — obras para seu melhoramento	20:260\$450
Rio Soure (conservação)	758\$230
Rio do Pranto e esteiro de Lavos (construcção)	25:141\$355
Rio do Pranto e esteiro de Lavos (conservação).....	774\$115
	<u>91:582\$005</u>

Os tres grupos de obras acima designados representam uma despeza, nos ultimos dezeseis annos, de 305:241\$625 reis, com o qual se tem favorecido a navegação, beneficiado a saude publica e melhorado consideravelmente mais de 3:000 hectares de terrenos, anteriormente encharcados, pantanosos e improductivos, pela maior parte nos valles secundarios do Mondego, e alem d'estes quasi todo o campo denominado de Coimbra.

Para este resultado muito têm tambem concorrido outras obras, que não é facil, nem talvez necessario especialisar, e que têm consistido nas grandes plantações para o bom regimen das aguas, fixação dos terrenos e colmatagem das terras, e na construcção de serventias e motas, ou estradas transversaes e submergíveis, as quaes, funcionando como diques de colmatagem e de enateiramento, satisfazem igualmente ás necessidades da viação ordinaria. Estre estes ultimos poderia citar as serventias de Pereira, as da Lavariz, as de Tentugal, etc., etc., e as estradas do Padrão á Cidreira, das pontes velhas de Maiorca e das casas derrubadas ao Arquinho. Todas estas despesas devem ter montado a cerca de 40:000\$000 réis.

Menos importantes no seu custo, mas muito nos seus resultados, devo ainda mencionar, como tendo concorrido consideravelmente para o melhoramento da saude publica, o estabelecimento e o concerto das serventias do campo, e sobretudo a construcção das pontes e aquedu-

ctos sobre as vallas, as quaes evitam aos homens e aos gados o grande inconveniente de se metterem a cada momento á agua, muitas vezes infecta e corrompida.

Tenho, me parece, respondido á primeira parte do referido officio de v. ex.^a, relativamente aos trabalhos effectuados modernamente por esta direcção, com o fim do melhoramento da agricultura e da saude publica. Poderei apresentar ainda mais minuciosas informações, se a ex.^{ma} commissão d'ellas carecer.

Pelo que diz respeito ao desenvolvimento da oryzicultura n'este districto, não posso ser tão explicito como desejava. Não eram da minha competencia esses estudos. Comtudo, posso informar a v. ex.^a do seguinte:

Principiou a cultivar-se o arroz no baixo districto ha muitos annos, talvez ha mais de quarenta. Ao principio esta cultura não passava de um ensaio curioso, feito por meia duzia de proprietarios.

Foi de 1860 por diante que a oryzicultura principiou a desenvolver-se mais rapidamente, e quando se procedeu ao ultimo inquerito de 1872, que correu em grande parte por esta direcção, então já a meu cargo, tive occasião de verificar que os arrozaes occupavam uma area de 10.471:406 metros quadrados, sendo cultivados com licença sómente 1.852:012 metros quadrados, e o restante, isto é, 8.619:394 metros quadrados cultivados todos sem licença.

Estes arrozaes correspondiam então a 2:459 propriedades situadas nos concelhos de Coimbra, Condeixa, Cantanhede, Mira, Figueira, Montemór e Soure. A antiguidade relativa d'estes arrozaes pôde avaliar-se pela seguinte nota:

Numero de propriedades cultivadas de arroz anteriormente a 1851	255
Ditas em 1856	753
Ditas em 1861	1:293
Ditas em 1866	1:784
Ditas em 1871	2:459

De 1871 para cá não procedi a arrolamento algum dos arrozaes, os quaes, em vista das disposições explicitas da lei de 1 de junho de 1867 e dos resultados obtidos pelas obras executadas por conta d'esta direcção, era muito de presumir que tivessem successivamente diminuido. Não succedia, porém, assim, e sabia-se geralmente que eram em grande quantidade e area os arrozaes que todos os annos se cultivavam de novo, invadindo terrenos ultimamente saneados e melhorados, e mesmo alguns dos mais altos do campo de Coimbra. Para a maioria d'estes arrozaes as aguas eram elevadas artificialmente, ou por meio de barragens nas vallas, ou por meio de noras ou de machinas a vapor.

Em 1881 mandei proceder á medição de todos os arrozaes cultivados dentro do perimetro da direcção a meu cargo, para fazer a comparação dos cultivados n'aquella epocha com os de 1871, cuja medição havia sido dada pelo rigoroso inquerito a que se havia procedido.

Não me foi possivel obter os dados de que precisava em todas as freguezias dos diversos concelhos, comprehendidos dentro do referido perimetro. Comtudo, em vinte e uma freguezias de quatro concelhos pôde fazer-se a verificação e medição dos arrozaes existentes em 1881, cuja comparação com os de 1871 se torna agora possivel. Deve, porém, advertir-se que nenhum esclarecimento me foi possivel obter relativamente ás freguezias em que os arrozaes haviam augmentado mais, taes como as de Verride, Brunhós, Maiorca, Vinha da Rainha, Payão, etc., etc. Entre os arrozaes novos que mais haviam dado na vista, citarei tão sómente os da Barqueira e do Barrão de mais de 40 hectares, e os do Camarezão, de mais de 45 hectares, os primeiros no concelho de Montemór, e os segundos no de Soure.

O resultado d'esta comparação está consignado no seguinte quadro:

Concelhos	Freguezias	Cultura do arroz		Diferenças	
		Em 1871 m²	Em 1881 m²	Para mais m²	Para menos m²
Coimbra.....	Amial.....	565,00	103:474,00	102:909,00	-
	Antanol.....	-	8:124,00	8:124,00	-
	Lamarosa.....	-	4:320,00	4:320,00	-
	Ribeira.....	-	273,00	273,00	-
	Antusede.....	199:416,00	92:070,00	-	107:346,00
	S. Martinho.....	-	4:320,00	4:320,00	-
	S. Silvestre.....	-	67:500,00	67:500,00	-
	Cioga.....	-	59:320,00	59:320,00	-
	Villa de Matos.....	-	258:120,00	258:120,00	-
Condeixa.....	Anobra.....	64:391,00	100:121,00	35:730,00	-
	Carapinheira.....	251:618,00	246:780,00	-	4:837,00
	Means.....	305:629,00	393:120,00	87:491,00	-
Montemór.....	Montemór.....	313:357,00	529:740,00	216:383,00	-
	Pereira.....	82:894,00	6:590,00	-	76:304,00
	Santo Varão.....	-	6:804,00	6:804,00	-
	Tentugal.....	39:338,00	96:120,00	56:782,00	-
	Villa Nova da Barca.....	-	25:920,00	25:920,00	-
Soure.....	Alfarellos.....	18:931,00	10:800,00	-	8:131,00
	Figueiró.....	25:059,00	18:272,00	-	6:787,00
	Granja.....	25:312,00	64:361,00	39:049,00	-
	Villa Nova de Anços.....	43:851,00	46:980,00	3:129,00	-
		1.370:360,00	2.143:129,00	976:174,00	203:405,00
		772:769			

Admittindo que o augmento dos arrozaes em todo o districto tenha seguido a mesma proporção que se observou nas vinte e uma freguezias notadas, nas quaes em dez annos os arrozaes passaram de 137 hectares a 214, segue-se que o augmento total teria sido de 80 por cento e que a extensão superficial dos arrozaes do districto deveria ser em 1881 de cerca de 1:885 hectares.

Cumpre-me, porém, lembrar a v. ex.^a que todos os terrenos cultivados de arroz nos concelhos de Coimbra e Condeixa, até 1881, deixaram de ser applicados áquella cultura no anno de 1882, em obediencia ao determinado nos decretos de 5 de março e 23 de abril do anno findo.

Deus guarde a v. ex.^a Coimbra, 30 de dezembro de 1882.— Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. dr. Anthero Augusto de Almeida Araujo Pinto, presidente da commissão nomeada por portaria de 16 de setembro de 1882.—O director, *Adolpho Loureiro*.

VII

PROVIDENCIAS COMPLEMENTARES

Não basta, porém, sómente, no entender d'esta commissão, o imposto com que propomos seja tributada a oryzicultura, para que se emprenha mais effizamente e em breve praso se complete o melhoramento sanitario e agricola do districto de Coimbra.

Justos e desvelados cuidados tem certamente de ha largas eras o assumpto merecido da parte dos poderes publicos; sommas importantes se têm mais modernamente despendido em importantes trabalhos hydraulicos n'aquelle intuito dirigidos, mas ainda hoje, sem duvida, carece a região que nos occupa da finalisação de bastantes obras encetadas e do começo de outras não menos proveitosas, indicadas e descriptas em detalhados e excellentes projectos ao governo apresentados pelo distincto engenheiro e director das obras do Mondego e barra da Figueira, o sr. Adolpho Ferreira de Loureiro, e já na sua maior parte approvados.

Se, no interesse historico e por opportunidade de momento e assumpto, nos detivessemos ainda, porém, antes de mais na consulta da nossa antiga legislação em que providencias se nos deparam tendentes ao beneficio das ricas e fertilissimas regiões do Mondego, teriamos de descer até 1464, o anno de que data uma das primeiras medidas ao assumpto ligada.

Foi effectivamente pela carta de lei de 22 de julho de 1464, por El-Rei D. Afonso V promulgada na villa de Tentugal, que na area comprehendida na distancia de uma legua, contada de ambas as margens do Mondego, desde Ceia até á cidade de Coimbra, foram as queimadas prohibidas, com o fim de evitar a affluencia das areias que as correntes arrastavam dos terrenos arroteados para o rio e para as vallas do campo.

Annos decorreram, e em 1538 vemos El-Rei D. Manuel ordenar a construcção de uma muralha ao longo de Coimbra, com o duplo fim de impedir os prejuizos que as enchentes causavam á cidade e de regularisar a corrente do rio, desembaraçando o seu leito das areias que n'aquelle logar se acumulavam n'elle.

Tam proveitosas não foram, porém, em esperados resultados esta e outras medidas simultaneamente decretadas, que não tivessem em 1546 os frades de S. Domingos que abandonar o seu convento situado no Salgueiral, desde 1227 habitado, como em 1286 succedêra já ás religiosas de Santa Clara com relação ao edificio em que se acolhiam,

a montante da ponte de Coimbra construído; e mais tarde, em 1607 e 1677, aos recolhidos em S. Francisco e n'um outro convento também de Santa Clara chamado.

O estrago dos campos motivado pelo mau estado do rio levou mais tarde o cardeal regente infante D. Henrique, depois de previa conferencia com o bispo, reitor, cabido e comunidades, a ordenar a construção de oito marachões de defeza, assim como outras obras, na sua quasi totalidade inúteis e tempos depois completamente destruídas pelas aguas.

Foram estes, no entanto, os primeiros trabalhos realizados no sentido de providenciar sobre o encanamento do Mondego.

De nenhum melhoramento importante d'esta ordem ha noticia de realisação pelos annos de 1513 e 1515, em que todavia existiam os regimentões das vallas, sargetas e boqueirões do termo de Coimbra e anteriormente áquella epocha os juizes e vedores de vallas, até que em 1627, por uma provisão regia de 20 de abril, se ordenou que os *vizinhos* dos campos elegessem uma junta destinada a deliberar sobre o encanamento do rio, e que, na unica reunião que celebrou, algumas providencias entendeu dever aconselhar, que não constam, no entanto, terem tido cumprimento.

Decorrem os annos, até que em 1684 é ordenado ao reitor a elaboração de outro plano de encanamento do rio de que por ordem regia de 12 de maio de 1694, é determinada a execução, mandando em 1695 a junta dos tres estados que a estas obras se applicassem 50\$000 réis, primitivamente offerecidos pela camara de Coimbra para o resgate de captivos de Ceuta, e os dinheiros do real de agua.

Chega-se a 5 de julho de 1708, e n'esta data, por occasião de uma visita aos campos de Coimbra do desembargador do paço, é nomeado o juiz commissario do encanamento do Mondego, surperintendente do mesmo rio, e os provedores dos marachões, determinando-se a demolição das insuas formadas para que as aguas novamente corressem pelo seu antigo alveo.

Em relação á ponte de Coimbra, e no sentido de evitar os inconvenientes que acarretava ao facil percurso das aguas e consequentemente ao seu mais conveniente regimen já mais anteriormente diversas providencias se haviam determinado, como se vê das cartas regias de El-Rei D. Affonso V com data de 20 de fevereiro de 1457, e da de 17 de janeiro, de Filippe I, que ordenava se lançasse uma *finta* pelas camaras das provincias da Beira, Traz os Montes, Entre Douro e Minho e Extremadura, com applicação aos reparos e obras de que carecesse.

Nenhuma providencia occorre ou se manda executar depois, até que em 1791, por alvará de 28 de março, se determina seja praticado outro alveo por onde de futuro devessem correr as aguas do Mondego, aproveitando n'este fim as vages do campo abertas pelas correntes.

Por alvará de 8 de setembro de 1606 tinham sido no entanto creados os provedores de marachões, que superintendiam nos juizes das vallas e providenciavam no sentido de evitar e reparar as quebradas; e por decreto de 12 de maio de 1694 fôra do mesmo modo encarregada de administrar e regular todos os serviços referentes aos campos e ao rio uma superintendencia especial, que, por aviso de 8 de abril de 1796, foi auctorisada a nomear tres guardas para a policia dos campos.

Repetidas vicissitudes e revezes soffreram, porém, estes provedores de marachões,

logares supprimidos por decreto de 1 de julho de 1766, novamente creados a 7 de abril de 1778, extinctos ainda em 1 de junho de 1796 mas só de facto e definitivamente abolidos por decreto de 22 de setembro de 1821 das côrtes constituintes, que deixou a cargo das camaras municipaes a limpeza e concerto das antigas vallas, systema que, não tendo produzido nenhum resultado, impoz a necessidade de commetter de novo as attribuições d'aquelles cargos á superintendencia do Mondego, o que por decreto de 24 de julho de 1824 se ordenou.

Só por decreto de 11 de outubro de 1824 foram no emtanto definitivamente estabelecidas as attribuições da superintendencia, á qual, por outro decreto da mesma data, se ordenou o dessecamento dos paues de S. Fagundo e Arzila, até que por decreto de 26 de abril de 1841 foi, em substituição d'aquella auctoridade, creada a direcção das obras do Mondego.

Eram n'estes campos feitas as obras, quando sómente particular o interesse que d'ellas resultava, por exclusiva conta dos proprietarios e as transgressões dos regulamentos punidas com pesadas penas, não só pecuniarias, mas de trabalho tambem, numerario e serviços applicados depois a todas as obras de interesse geral, que, dotadas ainda pelos cofres do estado, cofre da ponte, dos meios sobejos das eiras de todas as camaras do reino, do real de agua da camara de Coimbra, com excepção da terça parte, que pertencia aos expostos, e outras pensões mais, eram sem duvida quanto possivel subsidiadas.

Quando em 1856 passou para o cofre do districto o imposto do real de agua, o estado começou de contribuir com mais 3:600\$000 réis annuaes para as obras do Mondego.

Era o encanamento do rio que absorvia na sua quasi totalidade aquellas sommas.

Com o fim de experimentar tambem o systema das administrações parciaes e locaes, foi, por decreto de 18 de julho de 1840, nomeada uma junta de cinco proprietarios da localidade, subordinada ao governador civil e á inspecção geral das obras do reino, e que tinha de exercer a sua acção desde a Mucata, Villa Nova de Anços, á foz do Soure.

Não deu resultado a experiencia, peiorou o estado dos campos, e em 1846 nomeou o governo uma commissão que, em virtude provavelmente das commoções politicas d'aquella epocha, só em 1850 se reuniu, e á qual era commettido o encargo de propor as providencias que mais opportunas e acertadas julgasse sobre o assumpto.

Do regulamento elaborado e apresentado ao governo por esta commissão para as obras do Mondego e campos de Coimbra se originou a lei de 12 de agosto de 1856, em execução até á promulgação do decreto de 26 de dezembro de 1867 e que não produziu certamente os resultados que n'ella se haviam fundado.

Foi então que, reconhecida a superior necessidade de melhor e mais completamente legislar sobre tão importante assumpto, se entendeu decretar a lei de 1 de julho de 1867, á qual são ainda hoje, juntamente com o decreto de 26 de dezembro do mesmo anno, subordinados os nossos mais importantes melhoramentos sanitarios e agricolas e que, supprimindo o compascuo e estatuinto acertadas providencias no sentido do dessecamento dos terrenos encharcados, tem certamente prestado relevantes serviços, sem duvida muitas vezes superiormente productivos, se a escassez dos meios

não tivesse tantas vezes impedido a iniciação e acabamento de muitas e utilíssimas obras.

Lamenta, porém, esta comissão que lei em verdade tão valiosa e benéfica não tenha até hoje sido devidamente completada com o respectivo regulamento, de que ainda estão dependentes algumas das suas mais importantes disposições, ao que julga indispensável se proceda quanto antes, para que, de accordo com uma que outra modificação que a pratica aconselha, se removam difficuldades de administração e supprimam abusos que ainda hoje se oppõem a muitos melhoramentos agricolas e sanitarios.

N'este caso estão as disposições da lei de 1 de julho de 1867, que se referem ao modo de pagamento, por parte dos proprietarios, das percentagens que nas obras comprehendidas com o concurso do governo lhes cabe.

Determinando aquella lei que estes melhoramentos agricolas effectuados debaixo da direcção technica dos empregados do estado, se realizem adiantando o governo as sommas a despende com taes trabalhos, tem a experiencia mostrado as difficuldades que existem em reaver dos proprietarios as quantias com aquelle fim desembolsadas pelos poderes publicos, mesmo depois da intervenção dos administradores dos concelhos.

Assim sobem já as dividas d'esta natureza ao cofre da direcção do Mondego e barra da Figueira a uma verba superior a 8:000\$000 réis, importancia de tanto mais reparo quanto tenderá a successivo augmento.

Necessario parece, pois, a esta comissão prover de remedio o indicado mal, e n'esse intento lembra certamente como efficaz meio o complemento da lei, por appropriado regulamento, que providencie no sentido de prover á creação de juntas ou comissões que para as diversas vallas ou grupos de vallas devem representar os proprietarios interessados e proceder á cobrança das verbas, que, segundo as determinações legaes, são os mesmos obrigados a pagar.

Não menos importante consideração suggere a necessidade que existe de alargar os limites do perimetro, sujeito á interferencia da direcção das obras do Mondego, pois que em providencias n'este intuito tomadas importará necessariamente destruir uma causa de sensiveis prejuizos na maioria das obras realisadas ou a effectuar dentro d'aquella area.

Não tendo, segundo a lei, ingerencia aquella direcção no regimen das aguas que alem do perimetro circumscripto em que a sua superintendencia se exerce, se precipitam por gargantas apertadas, desaggregando e arrastando detritos e areias que, de longe impellidas, se depositam mais ou menos permanentemente depois na parte do percurso a cargo já da direcção do Mondego, de grande numero de canaes por esta causa de continuo obstruidos, com prejuizo e augmento de despezas em conservações e reparos, necessario se torna que todos os rios, ribeiros e vallas em que aquellas condições se encontram sejam na sua total extensão incorporados aos demais que a lei sujeita á interferencia e cuidados d'aquella auctoridade.

N'estas circumstancias existem todos aquelles que em seguida enumerámos, pedindo esta comissão que, em harmonia com as considerações expendidas, se providencie com o fim em vista sobre a conservação e regimen da total extensão do seu percurso.

Ao norte:

Rio de Eiras
 Rio de Fornos.
 Valla de Valle Travesso.
 Valla de Ançã.
 Valla da Senhora da Lamarosa.
 Valla de Monte Mourão.
 Valla do Rio de Baixo.
 Valla do Taipal.
 Valla de Foja.
 Valla de Lyceia.
 Valla do Porto Carvalho.
 Valla do Sapagal.

Ao sul:

Valla de Formoselha.
 Vallas do campo de Anços.
 Rio de Soure.
 Affluentes do rio do Pranto.

Considerando ainda, porém, que nem só nos campos comprehendidos no perimetro designado das obras do Mondego se effectua a cultura do arroz, e que se n'esta região ha alguns terrenos que pela sua natureza sem duvida carecem da conclusão de obras emprendidas ou projectadas, não menos indispensavel esta commissão reputa que áquella direcção seja commettido o encargo (equiparando para todos os beneficios) dos necessarios estudos para o melhoramento agricola e hygienico de todas as regiões do districto de Coimbra onde a oryzicultura se effectua, ou onde existam pantanos, que se não achem incluídas no referido perimetro, e nomeadamente as dos concelhos de Mira e Cantanhede que não pertencem á bacia hydrographica do Mondego.

Proveitoso e justo será sem duvida que, dilatando-se o imposto aos terrenos situados tambem alem do perimetro actual das obras do Mondego, possa igualmente ser nas partes que o careçam o melhoramento d'estes campos auxiliado do mesmo modo, como o deverá ser tambem o de todas as regiões do paiz á oryzicultura entregues hoje, e que sem obras mais ou menos custosas não possam desgraçadamente desde já aproveitar-se em diversa industria.

Terrenos ha tambem ainda que, carecendo de obras importantes, estão estas, no emtanto, em harmonia com a lei vigente, a exclusivo cargo dos proprietarios.

Não valem por vezes essas terras, não o permite o seu rendimento actual, ou não o compensaria o futuro, os gastos que n'ellas ha a effectuar por conta dos seus possuidores, sendo comtudo certo que da realisação de taes trabalhos resultariam sem duvida importantes melhoramentos agricolas ou hygienicos.

Lembra, pois, e propõe esta commissão que o estado, longe de deixar, como até hoje, sómente á conta do proprietario as despesas a fazer em campos n'aquellas condições, n'elles subsidie as obras que com aquelles fins, necessario for emprender, me-

diante previa proposta do director das obras do Mondego e ouvida a junta consultiva de obras publicas.

Não é grande a area dos terrenos do districto de Coimbra verdadeiramente pantanosos que nos limites do perimetro podem dizer-se circumscriptos aos paues da Mascarenha, Cioga, Mourão e Alveiro, campos marginaes do Mondego nas proximidades da insua das Lorangeiras, Amial, Nazareth, Arzila e Madriz (Villa Nova de Anços), e a uns pequenissimos charcos ao sul, não perfazendo estes e aquelles area que exceda de 200 hectares, a que apenas ha a juntar os terrenos em más condições tambem do paul de Foja.

Muito se têm melhorado sem duvida as condições de grande numero de propriedades do districto de Coimbra, de que são testemunho as indicações que constam dos respectivos documentos sobre o assumpto a este relatorio juntos, a quanto possível detalhada explanação que a oportunidade se nos offereceu de fazer na parte em que nos occupâmos do exame das reclamações dos interessados recebidas por esta commissão, e garantia segura o inexcedivel zelo do distinctissimo engenheiro a cargo do qual se tem achado entregue a direcção de taes trabalhos.

Ha, porém, ainda, sem duvida, como fica indicado, no districto de Coimbra, terrenos alagados e pantanosos que não poderão ser entregues e adaptados a outras culturas que não seja a do arroz, sem a intervenção technica e o concurso pecuniario do estado.

É para estes que esta commissão entende dever principalmente chamar a attenção dos poderes publicos, para que, á medida que o imposto que sobre os arrozaes propomos seja lançado for trazendo como resultado que todos os campos que desde já podem aproveitar-se em outra industria agricola, o sejam, do mesmo modo que os que no mesmo fim não carecem de dispendiosas obras, aquelles se melhorem tambem successivamente com o concurso do estado, para que o tributo se vá tornando progressivo e por esta fórma a oryzicultura seja completamente banida.

Do imposto que propomos desde já esperâmos conseguir, pois, que todos os campos actualmente em condições de serem aproveitados em cultura que não seja a do arroz sejam immediatamente desviados d'esta nociva industria; nas obras dos terrenos essencialmente pantanosos ainda insusceptiveis hoje de culturas salubres fundâmos a realisação do desejo de que estes deixem em breve a oryzicultura; na progressão do imposto e com ella na eliminação completa dos lucros que ainda depois do tributo que propomos, o cultivador possa auferir o meio em que plenamente confiâmos para que se obtenha em breve praso a total extincção da industria oryzicola.

Os documentos que apresentâmos e nos quaes se encontra a resenha dos melhoramentos agricolas e sanitarios emprendidos, em via de execução ou concluidos em muitos terrenos do districto de Coimbra pela direcção das obras do Mondego, n'estes ultimos dezeseis annos, a noticia que nós mesmo damos no decorrer das informações com que n'outra parte d'este relatorio instruímos os fundamentos das reclamações sobre que tivemos que demorar o nosso exame e nos quaes procurâmos quanto possível referirmo-nos, alem das propriedades em si, ás condições da região onde ellas se acham collocadas, dispensa-nos n'este logar maiores delongas e minucias sobre o assumpto, para que exuberantemente se prove o muito que, mesmo em absoluto e sobretudo em harmonia com os recursos disponiveis, se ha feito.

Diversos e importantes projectos ha no emtanto a emprehender ou em via de execução, e nos quaes as sommas despendidas não attingem ainda a metade da importancia dos respectivos orçamentos, como o quadro seguinte demonstra:

Designação dos projectos	Importancia dos orçamentos	Quantias despendidas até 31 de dezembro de 1882
Melhoramento do rio do Pranto e campos adjacentes.....	92:200\$000	25:284\$430
Melhoramento do rio de Maiorca e de Foja e campos adjacentes	70:000\$000	34:680\$260
Melhoramento do rio de Soure e de Foja e campos adjacentes.....	29:000\$000	20:318\$310
Melhoramento dos campos da varzea e motas de Lares.....	33:331\$405	21:742\$510
Melhoramento da colmatagem e alteamento dos campos de Coimbra até Pereira ao sul do Mondego.....	15:250\$000	-5-
	246:381\$000	102:025\$510

À medida que sobem assim a 246:381\$000 réis os orçamentos d'estas obras, não montam a mais de 102:025\$510 réis as sommas n'ellas empregadas, o que nos dá a importante verba de 144:355\$490 réis a despendar ainda.

A necessidade que existe, pois, de que os poderes publicos contribuam para que o complemento d'estas obras se effectue em praso quanto possivel breve, a succinta indicação que fazemos de outros melhoramentos necessarios, em harmonia com as considerações espendidas, para os quaes é o concurso do estado sem duvida reclamado e nomeadamente a conveniencia que existe e que procurâmos fazer sentir de que a area da ingerencia actual da direcção do Mondego se dilate, providencia que esta commissão propõe, constituem sem duvida os mais justificados motivos da indispensabilidade que existe de que os poderes publicos acresçam o valor das sommas de que aquella direcção tem podido dispor.

O augmento de dotação destinado a que mais largamente se occorra ás obras a cargo da direcção do Mondego e ás que propomos e pedimos sejam mais commettidas de futuro aos seus cuidados e estudo, é, portanto, no pensamento d'esta commissão, urgente e imprescindivel medida.

Deve ser, pois, no nosso modo de julgar, o conjuncto de providencias que propomos, aconselhadas pelo exame dos factos e quanto possivel detido e imparcial estudo do assumpto, o natural e indispensavel complemento dos resultados que no imposto prevemos, e é sem duvida no decreto d'este e realisação d'aquellas que esta commissão fundamenta as mais seguras esperanças de ver effectuar-se nos campos do districto de Coimbra, com a extincção da oryzicultura, o mais util e reclamado dos seus melhoramentos.

CONCLUSÕES

1.^a

Que importantissimas obras, tendo por fim o melhoramento agricola e sanitario dos terrenos que abrange a direcção do Mondego, têm sido levadas a effeito nos ultimos annos.

2.^a

Que na construcção e conservação d'estas obras se tem gasto uma somma superior a 345:200\$000 réis.

3.^a

Que este despendio tem dado como resultado directo o deseccamento e restituição a culturas salubres de 3:000 hectares de terrenos encharcados, quasi todos situados nos valles secundarios do Mondego, alem de melhoramentos agricolas em todo o campo de Coimbra.

4.^a

Que as obras emprendidas e levadas a effeito, e nas quaes a direcção do Mondego tem ingerencia e fiscalisação, segundo a lei, têm sido, quanto possivel á mesma direcção, reparadas e conservadas.

5.^a

Que, tendo as condições agricolas d'estes terrenos consideravelmente melhorado, a saude publica devia ter sido igualmente influenciada por maneira sobremodo favoravel por tão importantes beneficios.

6.^a

Que terras ha ainda alagadas e pantanosas que não poderão ser enxutas e adaptadas a outras culturas sem a intervenção technica e o concurso pecuniario do estado.

7.^a

Que a cultura do arroz, começada proximamente ha quarenta annos, e então sómente como simples ensaio, occupava em 1872, depois de um successivo augmento nos annos anteriores, e sobretudo desde 1860, 1:047 hectares, e que nos ultimos dez annos, tendo tido um incremento fundadamente calculado de 80 por cento, devia occupar em 1881 uma area de 1:88 hectares.

8.^a

Que, tendo a lei de 1 de julho de 1867 e o decreto de 26 de dezembro do mesmo anno determinado o deseccamento dos pantanos e a prohibição da cultura do arroz, a qual, mediante as providencias estatuidas, se deveria tornar effectiva dentro do praso de dez annos, animado e favorecido com premios pecuniarios os lavradores que convertessem os seus arrozaes em outros aproveitamentos agricolas, e, apesar do estado ter procurado cumprir a lei consoante as conclusões anteriores, a area occupada, pelos arrozaes quasi que duplicou no ultimo decennio.

9.^a

Que, n'estas condições, ou nos terrenos dessecados por custosas obras novas aguas se introduziram por meio de cubos, barragens e outros meios artificiaes, para que terras anteriormente postas a secco podessem ser utilizadas na oryzicultura; ou muitos terrenos naturalmente enxutos e antes aproveitados em pastos, cultura de milho, feijão e outras, foram pela mesma fórma artificialmente alagados para servirem á multiplicação sempre crescente dos arrozaes.

10.^a

Que, tanto n'um como n'outro caso, a utilidade dos trabalhos feitos e sommas despendidas para o melhoramento da agricultura e da saude publica se têm em grande parte perdido, porque, ou terrenos saneados têm sido levados ao seu primitivo estado de alagamento, ou outros campos naturalmente seccos têm sido transformados em atoleiros mais ou menos permanentes, por fórma que, o que por um lado se extingue de outra banda renasce acompanhado da mesma serie de desgraçadas consequencias.

11.^a

Que nos concelhos do districto de Coimbra onde a oryzicultura é praticada é esta industria agricola a causa mais commum e mais poderosa das graves endemias palustres que infestam aquellas localidades, enfraquecendo, degenerando e dizimando as populações.

12.^a

Que os registos parochiaes accusam maior mortalidade n'aquelles annos em que outros documentos affirmam maior desenvolvimento na oryzicultura local.

13.^a

Que no sentido da restricção e da innocividade da cultura do arroz são inuteis, por inexequiveis e insufficientes, quaesquer medidas regulamentares.

14.^a

Que demonstrada por todos os factos a grande nocividade da oryzicultura na saude e vida dos povos, progresso da agricultura e conveniente regimen das aguas, provado que ao ganho consideravel de alguns não é justo se sacrifique o bem estar hygienico e agricola de muitos, afóra muitas outras e valiosas razões, esta commissão entende e sustenta, no campo dos mais fundados e humanitarios principios, que tal cultura não deve permittir-se.

15.^a

Que admittindo não possa aquelle resultado obter-se de uma maneira directa e efficaç, propõe, como unico meio de restricção capaz de produzir, se não a immediata extincção de todos os arrozaes existentes, a sua mais larga e consideravel redução, que seja lançado um imposto de 50\$000 réis por hectare semcado de arroz, imposto progressivo em limitados periodos até se tornar completamente prohibitivo, e que aniquilando desde já a tão grande quanto injusta protecção de que esta cultura tem gozado em virtude dos pesados direitos que recáem sobre o arroz importado, que, procurando equiparar se não collocar em condições inferiores esta industria agricola com as demais exercidas no paiz, destrua o excessivo interesse de que o cultivador de arroz se tem aproveitado, a principal se não a causa unica do extraordinario e prejudicialissimo desenvolvimento que tem tido a oryzicultura nacional.

16.^a

Que é necessario que o governo determine a immediata execução dos projectos apresentados pela direcção das obras do Mondego e já superiormente approvados ou dependentes de approvação, com o fim do melhoramento agricola e sanitario dos terrenos comprehendidos na area da sua ingerencia.

17.^a

Que o governo faça executar, com a maxima brevidade tambem, analogos trabalhos em todos os demais terrenos do paiz nas mesmas circumstancias de insalubridade e desaproveitamento.

18.^a

Que se providencie para a mais prompta conclusão de todas as obras já emprendidas com aquelle fim.

19.^a

Que se estenda a interferencia da direcção do Mondego a todo o percurso dos rios, ribeiros e vallas abaixo mencionados, para que, mantidos no devido estado de conservação, os trabalhos feitos dentro do perimetro não soffram os prejuizos provenientes das areias e detritos de longe arrastados pelas aguas.

Ao norte:

Rio de Eiras.

Rio de Fornos.

Valla de Valle Travesso.

Valla de Ançã.

Valla da Senhora da Lamarosa.

Valla Monte Mourão.

Valla do rio de baixo (Boa Joia).

Valla do Taipal.

Valla de Foja.

Valla de Licêa.

Valla do Porto Carvalho.

Valla do Sapagal (ribeira das Alhadas):

Ao sul:

Vallas da Anobra.

Vallas de Formoselha.

Todas as do campo de Anços.

Affluentes do rio do Pranto.

Rio de Soure.

20.^a

Que se complete com o respectivo regulamento a lei de 26 de dezembro de 1867, a fim de se prover á criação das juntas ou commissões que para as diversas vallas ou grupos de vallas devem representar os proprietarios interessados e proceder á cobrança das verbas que, segundo a lei, são os mesmos obrigados a pagar, evitando-se assim o desembolso em que o estado tem estado de quantias importantes que, a titulo de adiantamento, tem empregado n'essas obras.

21.^a

Que a dotação para as obras a cargo da direcção do Mondego seja elevada a uma cifra que permita, no menor praso de tempo, concluir todos os projectos submettidos á approvação do governo.

22.^a

Que as obras, cuja execução é, segundo a lei, encargo exclusivo dos proprietarios, mas das quaes resulte um beneficio hygienico importante, o governo as subsidie com uma quantia em relação com esse mesmo beneficio, mediante proposta da direcção das obras do Mondego e ouvida a junta consultiva das obras publicas.

23.^a

Que pela direcção das obras do Mondego se proceda aos necessarios estudos para o melhoramento agricola e hygienico dos terrenos dos concelhos do districto de Coimbra onde se cultivam arrozacs, ou onde existam pantanos, e que não se achem comprehendidos no perimetro a que se refere a conclusão 18.^a, e nomeadamente no concelho de Mira e de Cantanhede, que não pertencem á bacia hydrographica do Mondego.

Anthero Augusto de Almeida Graujo Pinto, presidente
José Maria Dantas Pimenta, secretario.

D. Antonio de Almeida.

Augusto Troni.

João de Moura Matoso.

Mariano Presado.

Henrique de Mendia, relator.